Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica

MICHELLI HENRIQUES CAMPOS

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DO CEFET-MG PARA O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Belo Horizonte

2023

MICHELLI HENRIQUES CAMPOS

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DO CEFET-MG PARA O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Pesquisa apresentada ao curso de Mestrado em Educação Tecnológica, do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa III: Processos Formativos na Educação Profissional e Tecnológica

Orientadora: Professora Doutora Maria Adélia da Costa

Belo Horizonte

2023

Campos, Michelli Henriques
C198p Políticas de permanência do CEFET-MG para o ensino remoto emergencial /Michelli Henriques Campos. – 2023.
88 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.
Orientadora: Maria Adélia da Costa.
Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de MinasGerais.

1. Frequência escolar – Divinópolis (MG) – Teses. 2. Ensino remoto – Minas Gerais – Teses. 3. Ensino profissional – Teses. 4. Ensino técnico – Teses. 5. Ensino médio – Teses. 6. Evasão escolar – Teses. I. Costa, Maria Adélia da. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

Elaboração da ficha catalográfica pela bibliotecária Jane Marangon Duarte, CRB 6º1592 /Cefet/MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Michelli Henriques Campos

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DO CEFET-MG PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 3 de agosto de 2023, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Maria Adélia da Costa – Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Ivo de Jesus Ramos
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Clésio Admar Teixeira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Dedico este trabalho, a uma mãozinha pequenininha que ficava me puxando durante a escrita me lembrando a cada letra que era por nós.

AGRADECIMENTOS

No trilhar do mestrado, que foi para mim de muito estudo e empenho, quero agradecer a todas as pessoas que me acompanharam e foram fundamentais para realização de mais este sonho. Por isso, expresso aqui a imensa importância que elas tiveram nesta conquista, a vocês o meu sincero obrigada.

Primeiramente, agradeço aos meus pais Helênio e Margaret, sem este apoio seria impossível conduzir este trabalho, meu eterno obrigado pelo suporte duplo, como pais e avos; aos meus irmãos Marlon e Matheus e à minha amada avó Dona Nita, pela compreensão, ao serem privados em diversos momentos da minha companhia e atenção, e pelo profundo apoio.

Muito obrigada por desejarem sempre o melhor para mim, e por todo o esforço que fizeram para que eu pudesse superar os obstáculos em toda minha trajetória e, principalmente, pelo imenso amor e dedicação que vocês têm por mim. A toda a minha família, sou profundamente grata por todo suporte e pela alegria que é compartilhar a vida com vocês.

Ao meu marido Kaio, que acima de tudo é um grande amigo, por estar ao meu lado em todos os momentos obrigada por segurar minha mão. É inestimável o que construímos juntos. Ao meu filho Adrian eu te amo e foi sempre por você. Quando pensava que não podia mais, bastava olhar para você e encontrar razões para seguir em frente, meu querido. Você é a razão de eu encontrar o meu caminho. A todos os amigos e amigas que compreenderam essa fase, vocês foram muito importantes meus sinceros agradecimentos.

Quero agradecer em especial a Profa. Dra. Maria Adélia da Costa, minha orientadora e, sobretudo, uma grande amiga, pela pessoa e profissional que é. Obrigada por sua dedicação, que incontáveis vezes, o fez em seus momentos de lazer orientando e guiando minha transformação em pesquisadora. E, muito obrigada por sempre ter depositado sua confiança, seu tempo em mim ao longo desses anos de trabalho conjunto. Sem sua dedicação, orientação, confiança e amizade, não somente nessa pesquisa,

mas em todo o percurso até aqui, sem seu apoio não teria sido possível. Eu te agradeço profundamente.

A todos os meus amigos do curso e do grupo de pesquisa Dprodept que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo. Um obrigado especial à minha querida Elizabeth Maria Pinto, seu suporte ainda no desenvolvimento do projeto de pesquisa foi inestimável e todo o incentivo, motivação e dedicação nesta caminhada acadêmica foi um abraço na alma.

Quero também agradecer aos meus amigos de trabalho pela oportunidade do convívio e pela cooperação mútua durante este período. E a todos os envolvidos direta ou indiretamente na concretização deste projeto.

Aos professores do CEFET, que muitas vezes me ajudaram e me orientaram neste intenso percurso acadêmico, que compartilharam seus conhecimentos e estando ao meu lado, prontos para me ajudar sempre que necessário. Sou muito grata pela atenção e por serem tão solícitos. Agradeço ainda à Graciela Boschetti, pelo esforço e dedicação, também pela disposição quase irrestrita me ajudou em diversos momentos, trazendo luz quando o cansaço começava a dar as caras.

E agradeço muito aos companheiros de projeto, Juari, Carol e Juliana com quem compartilhei preocupações, aflições e muito trabalho durante esta caminhada. Obrigada pelo companheirismo e pela amizade construída ao longo desta jornada. Por fim, agradeço a Deus e a Nossa Senhora, por estarem sempre comigo, me guiando e me abençoando sempre. Querido Deus, obrigado por ser fiel e responder minhas orações.

Quem abre uma escola fecha uma prisão
Jean Victor Duruy
Historiador e Ministro da Educação francês

RESUMO

Este trabalho analisou as políticas e ações de permanência aplicadas no CEFET-MG, Campus Divinópolis, com o objetivo de entender as medidas de combate à evasão durante a pandemia. A evasão é um problema global que afeta todas as instituições educacionais e níveis de ensino, caracterizada pela saída prematura de estudantes antes de concluírem seus cursos. As causas da evasão podem ser diversas, como dificuldades financeiras, acadêmicas e falta de motivação. As políticas de permanência são implementadas pelas instituições para aumentar a retenção de alunos e garantir a conclusão bem-sucedida dos cursos. O estudo focou no nível de educação profissional técnica, que oferece qualificação profissional voltada para o ensino médio. Os dados foram coletados no Campus Divinópolis, em Minas Gerais, por meio de documentos institucionais. Além disso, uma revisão bibliográfica foi realizada para contextualizar a evasão e as medidas adotadas para combatê-la. O abandono escolar é um desafio que requer ação coletiva da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, gestores e servidores, reconhecendo que todos desempenham um papel educativo no ambiente escolar.

Palavras-chave: Políticas de permanência. Evasão. Ensino remoto. CEFET-MG. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This study analyzed the policies and actions of retention implemented at CEFET-MG, Divinópolis campus, with the aim of understanding the measures to combat dropout during the pandemic. Dropout is a global problem that affects educational institutions at all levels, characterized by students leaving prematurely before completing their courses. The causes of dropout can be diverse, including financial difficulties, academic challenges, and lack of motivation. Retention policies are implemented by institutions to increase student retention and ensure successful course completion. The study focused on technical professional education, which provides vocational training for high school students. Data was collected at the Divinópolis campus in Minas Gerais through institutional documents. Additionally, a literature review was conducted to provide context on dropout and the measures taken to address it. School dropout is a challenge that requires collective action from the school community, including students, teachers, administrators, and staff, recognizing that everyone plays an educational role in the school environment.

Keywords: Permanence policies. Evasion. Remote teaching. CEFET-MG.

FIGURAS

Figura 1	**Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**	**30**
Figura 2	**Fases de desenvolvimento da pesquisa**	**37**
Figura 3	**Coordenações da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica**	**39**
Figura 4	**Campi do CEFET-MG**	**41**
Figura 5	**Distribuição de vagas por modalidades de ensino no Campus Divinópolis**	**46**
Figura 6	**Tutoriais do ERE no CEFET- Divinópolis.**	52
Figura 7	**Organograma dos órgãos de normatização e deliberação colegiadas do CEFET-MG**	56
Figura 8	Bolsas de Inclusão Digital para o período de ERE	60

TABELAS

Tabela 1	Motivos para não frequentar a escola – adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, Brasil, 2019	22
Tabela 2	Formas de oferta dos cursos técnicos	45
Tabela 3	Conjunto do corpus da pesquisa	53
Tabela 4	Número de alunos atendidos pelo Programa de Inclusão Digital	61
Tabela 5	Número de alunos com registro escolar cancelado	66

GRÁFICOS

Gráfico 1	Número De Matrículas Na Educação Profissional – Brasil 2017-2021	28
Gráfico 2	Percentual de Matrículas canceladas por modalidade de Curso CTI ou CTSC em todos os Cursos Técnicos, 2017 a 2022	77
Gráfico 3	Percentual de TAI e MC em todos os Cursos Técnicos, 2017 a 2022	79

QUADROS

Quadro 1	Etapas da pesquisa	38
Quadro 2	Editais do processo seletivo do CEFET-MG	38
Quadro 3	Definição dos atos normativos exarados pelo CEFET-MG	52
Quadro 4	Conjunto das ações e estratégias de enfrentamento ao ERE	57

ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CC	Conselho de Classe
CE	Conselho de Ética
CDEDV	Coordenação de Desenvolvimento Estudantil de Divinópolis
CPAP	Coordenação do Programa de Acompanhamento Pedagógico
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CEPT	Conselho de Educação Profissional e Tecnológica
CD	Conselho Diretor
COE	Comitê Operativo de Emergência
DDE	Desenvolvimento Estudantil
DEdu	Departamento de Educação
DEDC	Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário
DEPT	Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica
DprodEPT	Desenvolvimento profissional docente: entre o saber e o fazer na educação profissional e tecnológica
EaD	Ensino a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ERE	Ensino Remoto Emergencial
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IF	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFFarroupilha	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PPE	Programa Permanência Êxito
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SEE-MG	Secretaria de Estado da Educação
SECOM	Secretaria de Comunicação
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SMOd	Setor Médico e Odontológico do CEFET-MG
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância, é uma agência das Nações Unidas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 12
1.1. Levantamento bibliográfico 12
1.2. A Covid – 19 e o contexto pandêmico 16
1.3. Objetivos de pesquisa 17
1.3.1. Geral 17
1.3.2. Específicos 17
2. CONCEITOS BASE 18
2.1. Evasão Escolar 18
2.2. Educação Profissional Técnica de Nível Médio 27
2.3. Ensino remoto emergencial 31
3. METODOLOGIA DE PESQUISA E OS CAMINHOS TRILHADOS NO PROCESSO DE PESQUISA 33
o Processo de coleta de dados 38
4. AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DO CEFET-MG NO ERE 40
o O CEFET-MG 40
4.2. O ensino remoto no CEFET-MG 50
3.3. As normativas institucionais para o ERE no CEFET-MG 51
 Atos normativos exarados pelo CEFET-MG 52
o Ações e estratégias de permanência desenvolvidas no ERE 56
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES 65
o Perfil dos cursos técnicos ofertados pelo Campus Divinópolis 71
 Curso técnico em Eletromecânica 71
 Curso técnico em Mecatrônica 73
 Curso técnico em Informática 74
 Curso técnico em Informática para Internet 75
 Curso técnico em Produção de Moda 76
o Apresentação dos resultados e análise dos resultados 77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 84
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 86

1. INTRODUÇÃO

Em uma das primeiras reuniões de acolhimento no mestrado a minha orientadora frisou que o curso não é dor, que a vida não precisa parar pelo mestrado, pode-se casar-se, descasar-se, ter filhos etc. Mestrado não é para doer, tornar-se pesquisador exige sim, tempo, dedicação e para uns e outros, é necessário passar pela forja. Percebo que trilhei os dois caminhos nessa pesquisa.

Esta pesquisa surge em decorrência de minha vivência laboral escolar e, também das vivências no seio familiar em que se percebe a evasão e o abandono escolar como habitual. Em ambos os ambientes as motivações do abandono alternavam com certa frequência entre falta de interesse e necessidade de trabalhar. Todavia, durante a revisão da literatura em bases nacionais ficou evidente que a evasão é um problema mais abrangente e, sobretudo um problema que requer políticas de permanência para mitigar e romper com esse *status quo*.

Levantamento bibliográfico

Nos levantamentos iniciais para a delimitação desta pesquisa, foram encontrados 13 trabalhos específicos sobre evasão escolar e políticas de permanência no ensino técnico profissional no banco de dados de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizados no período de 2011 a 2023.

Esses dados apoiam o que Narciso (2015) descreve como uma "taxativa escassez de pesquisas e publicações acerca da evasão nos cursos técnicos da educação profissional". Por sua vez, Dore e Luscher (2011) associam as complexidades conceituais para identificar as principais causas de evasão estudantil no ensino técnico às dificuldades de pesquisa no campo empírico.

Dore (2011) apresenta algumas considerações sobre os múltiplos contextos de realização da pesquisa "Educação profissional e evasão escolar em Minas Gerais". A autora elenca 12 principais razões para a evasão e, ranqueando-as, tem-se em primeiro lugar o abandono sem qualquer justificativa e, em segundo, a ausência de motivação. Dore possui amplos trabalhos na área e, nesse artigo, amparada pelo resultado do monitoramento da evasão da Secretaria de Estado da

Educação (SEE-MG), conclui que é necessário aprofundar o conhecimento das causas da evasão estudantil, bem como desenvolver medidas para o enfrentamento do problema.

Destaca-se ainda a evasão elevada em cursos técnicos que visam privilegiar a formação profissional como recurso de inserção dos jovens no mundo produtivo, ressaltando a necessidade de uma política educacional brasileira que organize tanto a escola média quanto a escola técnica. Silveira (2019) realizou uma pesquisa com coordenadores(as) do Programa Permanência Êxito (PPE) e dos Eixos Tecnológicos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha), bem como com estudantes dos Cursos Técnicos.

Também foram feitas observações sistematizadas nos Diários de Campo com o tema da permanência e do êxito dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica. O objetivo do estudo foi compreender as possíveis relações entre o trabalho pedagógico e o sucesso ou fracasso escolar.

Portanto, o estudo sugere a necessidade de refletir sobre as contradições que operam no cotidiano das instituições de ensino, garantindo que os estudantes da classe trabalhadora tenham não apenas acesso, mas também condições de permanência. É importante oferecer conhecimentos com sentido, e as relações no trabalho pedagógico devem ser capazes de compreender o conflito como algo importante e necessário para que a práxis aconteça, permitindo que os estudantes vivenciem uma formação como sujeitos do processo educacional.

A concepção de práxis em Freire (1997) é baseada na ideia de que a educação não é apenas um processo de transmissão de conhecimento, mas sim uma prática social que envolve a transformação da realidade. Nessa perspectiva, a práxis educativa envolve a reflexão crítica sobre a realidade social e a ação transformadora sobre ela, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, implica em uma educação que vai além da simples transmissão de conteúdos e busca formar sujeitos críticos, capazes de compreender e transformar o mundo em que vivem.

Souza (2016) teve como objetivo analisar o fenômeno da permanência e evasão escolar nos cursos oferecidos na Educação Profissional e Tecnológica do Nível Médio (EPTNM), com ênfase no curso técnico subsequente em Redes de

Computadores, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), visando contribuir com reflexões e propor uma política para enfrentar essa questão na realidade escolar.

Dessa forma, infere-se que os fatores evidenciados na pesquisa estão intrinsecamente ligados à perspectiva institucional, como os processos e práticas pedagógicas, o desempenho do corpo discente e as estruturas físicas escolares. Sugeriu-se como possível intervenção pedagógica para tratar dessa problemática e histórica realidade escolar um Plano de Ação Intersetorial que envolva todos os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar de apoio à permanência e sucesso escolar.

As pesquisas mencionadas enriquecem a discussão sobre a evasão escolar na EPTNM e ressaltam a importância das políticas de permanência para garantir o sucesso dos alunos nesse nível de ensino. Os estudos de Castro (2014) são referência para pesquisadores interessados em compreender os desafios e as possibilidades de assegurar a permanência e o êxito dos estudantes nessa área.

Em tempos políticos, sociais e econômicos turbulentos, como os vivenciados durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), torna-se ainda mais vital proteger a educação e reconhecer sua importância para a cidadania. O ambiente escolar, incluindo os profissionais da educação, desempenha um papel político-pedagógico que se estende a todos os presentes no local, influenciando os estudantes independentemente de sua função.

A experiência profissional no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) proporcionou a oportunidade de testemunhar a evasão de alunos por diversos motivos, sendo a necessidade de ingressar no mundo produtivo um dos mais frequentes. Adicionalmente, o contexto contemporâneo do Ensino Remoto Emergencial (ERE) impulsionou adaptações nas normas acadêmicas para enfrentar as circunstâncias da pandemia e minimizar os impactos na formação acadêmica dos estudantes.

Conforme destacado por Lopes (2022) e colaboradores, é fundamental refletirmos sobre a escola, o trabalho escolar e como as modificações no ambiente escolar não devem ser ignoradas. Buscar compreender as consequências decorrentes do período da pandemia é essencial para a comunidade escolar. Essas

ideias fundamentam a motivação desta pesquisa, que tem como objeto de estudo o impacto das políticas de permanência na evasão escolar durante a pandemia da Covid-19.

É proeminente a importância de refletir sobre as mudanças ocorridas durante o período da pandemia, especialmente no contexto da educação, e compreender suas consequências na evasão escolar. A pesquisa proposta, fundamentada nas ideias destacadas por Lopes (2022) e colaboradores, busca abordar o impacto das políticas de permanência na evasão escolar durante a pandemia da Covid-19.

As vivências familiares e experiências no ambiente escolar, especialmente no CEFET-MG, desempenharam um papel significativo no desenvolvimento deste estudo. Participar da construção de estratégias emergenciais para conter a evasão e da adoção ou ajuste de políticas de permanência durante a pandemia permitiu uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas instituições de ensino nesse período.

A base teórica construída ao ingressar no Mestrado em Educação Tecnológica, por meio do grupo de pesquisa em desenvolvimento profissional docente: entre o saber e o fazer na educação profissional e tecnológica (DprodEPT), foi essencial para embasar o estudo. A literatura existente sobre evasão escolar, como os trabalhos de Dore (2011), Dore e Lüscher (2011), Sales (2014), Castro (2014), Silva (2000), e outros, contribuíram para esclarecer as dimensões da pesquisa e sua relevância.

A evasão escolar é um fenômeno complexo e recorrente em todos os níveis da educação, sendo particularmente relevante na educação profissional. Compreender os motivos que levam à evasão, especialmente durante a pandemia, é fundamental para enfrentar esse problema histórico na educação. A modalidade de educação profissional da EPTNM é privilegiada nesta pesquisa, dada a escassez de estudos sobre evasão nessa área acadêmica.

Libâneo (1994) aborda a evasão escolar como um problema pedagógico, argumentando que a evasão é causada por uma educação que não leva em consideração as necessidades e interesses dos alunos, e não oferece oportunidades adequadas para o desenvolvimento de suas habilidades e talentos. Pode-se inferir, portanto, que Libâneo (1994) e Freire (1990) compartilham algumas concepções e

valores em relação à educação, como a importância de uma abordagem crítica e reflexiva, que busque a transformação da sociedade.

Para Dermeval Saviani (2000), a evasão escolar é analisada a partir das relações sociais, hierárquicas e antagônicas, especialmente as relações de classe que, segundo o autor, geram desigualdade social e econômica. Saviani aponta que a evasão é resultado de fatores como pobreza, falta de recursos e condições de vida precárias, que afetam o desempenho escolar dos alunos.

Silva (2000) denomina a evasão como sinônimo de fracasso escolar, pois caracteriza o processo no qual os alunos têm suas expectativas frustradas, carregando consigo a decepção resultante do fracasso e do insucesso, que afeta não apenas o estudante, mas também sua família, a comunidade escolar e a sociedade como um todo.

Esses são alguns dos autores que compartilham o compromisso com a educação como instrumento de transformação social. Apesar das diferentes abordagens e ênfases teóricas, eles compartilham aspectos convergentes em suas pesquisas. Um deles é a defesa de uma educação crítica e emancipatória, capaz de promover a formação de indivíduos conscientes, participativos e capazes de transformar a realidade.

Além disso, destacam a importância da reflexão sobre a realidade social e educacional, como forma de compreender os desafios e as possibilidades da prática educativa, bem como a importância da formação de professores como um dos pilares para a construção de uma educação crítica e emancipatória.

A preocupação com a educação e as reflexões sobre seus desafios acrescidos do contexto pandêmico, institui-se necessário reconhecer as consequências dos anos de tensão e incertezas que assolaram a educação e uma ruptura histórica do ensino-aprendizagem das salas de aula presenciais transportadas para diversificados ambientes educacionais.

A Covid – 19 e o contexto pandêmico

A pandemia do novo corona vírus SARS-CoV-2 (Covid-19), reconhecida como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em janeiro de 2020, devido à rápida disseminação entre indivíduos, internacionalização e o

surgimento de casos de transmissão comunitária, teve um impacto significativo na evasão escolar, afetando também os alunos da EPTNM, foco desta pesquisa (BRASIL, 2021; OPAS, 2020a; WHO, 2020a). A evasão escolar, portanto, foi agravada pela pandemia, resultando em mais de cinco milhões de alunos afetados pela evasão escolar no Brasil, de acordo com o UNICEF (UNICEF Brasil, 2021, p. 44). Esses números reforçam a necessidade de implementar ações preventivas para lidar com a evasão nesse novo contexto (UNICEF, 2022).

No entanto, é importante ressaltar que a evasão escolar sempre foi um desafio na educação, mesmo em tempos normais. De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, aproximadamente 20% dos 50 milhões de jovens entre 14 e 29 anos no Brasil não concluíram todas as etapas da educação básica, incluindo tanto aqueles que abandonaram a escola quanto aqueles que nunca a frequentaram (BRASIL, 2020, online).

Objetivos de pesquisa

→ Geral

Compreender as políticas de permanência desenvolvidas pelo CEFET-MG e sua relação com a evasão escolar na EPT no período do ERE.

→ Específicos

2. levantar os percentuais de evasão escolar nos cursos de EPTNM do CEFET-MG, no período de 2017 a 2022;
3. identificar as ações e as estratégias de permanência desenvolvidas pela Instituição o período de 2019 a 2022;
4. analisar as políticas de permanência desenvolvidas pelo CEFET-MG no período do ERE.

A questão de pesquisa que se coloca é: as políticas de permanência adotadas pelo CEFET-MG durante a crise sanitária mundial foram suficientes para amenizar os índices de evasão dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio?

1. CONCEITOS BASE

Neste capítulo, serão apresentados os conceitos que fundamentam a análise dos dados coletados nesta pesquisa. O tema de pesquisa é a evasão escolar, e o problema de pesquisa se concentra em como as políticas de permanência impactaram a evasão escolar no contexto da pandemia, em que foi adotado o ensino remoto emergencial.

Evasão Escolar

Buscar uma definição para o termo *evasão escolar* foi um desafio. No entanto, é possível encontrar variados conceitos e explanações para esse termo, uma vez que ele é utilizado em vários contextos com diferentes significados. Segundo Oliveira e Nóbrega (2019, p. 2), “essas múltiplas variações dificultam o entendimento dos motivos reais que influenciam e constituem dificuldades para ações efetivas no combate ao problema”.

De acordo com o INEP, "evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema" (BRASIL, 1998, online). Além disso, a evasão pode ser fortemente concebida como um fenômeno social complexo, caracterizado por uma "interrupção no ciclo de estudos" (BAGGI, 2011, p. 356). Estudos do UNICEF (2022), indicam que dois milhões de crianças e adolescentes, com idades entre 11 e 19 anos, não estão frequentando a escola no Brasil. É importante esclarecer que essa faixa etária inclui tanto o ensino médio como a educação profissional técnica de nível médio, especialmente na forma integrada.

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, os termos "abandono" e "evasão escolar" traduzem situações diferentes em que os alunos desistem da escola. Conforme esclarece Evaristo (2017), o abandono escolar refere-se ao ato de deixar de frequentar as aulas durante o ano letivo, caracterizando-se pela falta de continuidade na matrícula. Por outro lado, a evasão escolar diz respeito à não efetuação ou não renovação da matrícula, levando o aluno a não continuar seus estudos.

O Instituto Unibanco, por meio do Observatório da Educação (online) corrobora esse entendimento, definindo o abandono escolar como a saída do aluno da escola antes do final do ano letivo em que estava matriculado. Assim, quando um aluno deixa de frequentar a escola, embora ainda não tenha completado sua formação, encontra-se em situação de abandono escolar. É importante ressaltar que essa é uma questão que ultrapassa as fronteiras da escola e se torna uma questão social.

> Deixar de frequentar as aulas durante o ano letivo caracteriza o abandono escolar. Já a situação em que o estudante, seja reprovado ou aprovado, não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte é entendida como evasão escolar (INSTITUTO UNIBANCO, online).

Dito isso, apresenta-se as ideias de Arroyo (1997) em que se expõe o panorama predominante da evasão escolar no Brasil, identificando duas principais causas. De um lado, há a carência enfrentada por parte da população, que vivencia problemas pessoais e/ou familiares e precisa complementar a renda familiar por meio do trabalho. Essas pessoas se veem obrigadas a fazer uma escolha entre trabalho e escola, optando em sua maioria pelo trabalho em detrimento dos estudos. Por outro lado, “há a precariedade do sistema escolar oferecido a essas populações, assim como a falta de assistência” (ARROYO, 1997, p.165). Arroyo também defende a premissa de que o “fracasso não é do aluno, mas sim da escola” (IDEM, p. 55).

Essa ideia converge com a essência do trabalho de Freire (1997) e sua luta pela educação, ao evidenciar as falhas do sistema educacional que não se adapta às necessidades e realidades dos estudantes. Freire (1974) foi um educador e filósofo brasileiro, amplamente conhecido por seu trabalho inovador na área da educação e sua luta incessante por uma educação mais inclusiva e libertadora.

Freire (1974) acreditava que a educação era uma ferramenta fundamental para a transformação social e a libertação dos oprimidos. Sua abordagem educacional, conhecida como *Pedagogia do Oprimido*, criticava as práticas tradicionais de ensino que tratavam os estudantes como recipientes vazios a serem preenchidos com informações, ignorando suas experiências de vida e suas realidades sociais.

Freire (1974) acreditava que essa abordagem bancária da educação apenas reforçava as desigualdades existentes e mantinha as pessoas em situações de

opressão. Compreende-se, portanto, que a luta de Freire por políticas de equidade socioeducacional englobava ações de permanência, principalmente ao considerar as camadas populares com acesso desigual a bens socioculturais.

Nesse sentido, entende-se que ele defendia políticas que visavam diminuir a evasão escolar, reconhecendo-a como uma grave consequência das desigualdades educacionais. Esse entendimento se fundamenta nas discussões do autor sobre a falta de engajamento dos estudantes com um currículo distante de suas realidades e interesses, bem como pela ausência de condições adequadas de aprendizado.

Para combater a evasão Freire (1974) propunha a implementação de práticas pedagógicas mais significativas e contextualizadas, que valorizassem a cultura e a vivência dos estudantes. Ele acreditava que ao se sentirem representados no ambiente escolar, os alunos seriam mais motivados a permanecer e aprofundar seus estudos. Além disso, Freire defendia a necessidade de uma educação libertadora que incentivasse o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social.

Ainda, o educador enfatizava a importância de uma maior participação dos pais e da comunidade no processo educacional, criando uma rede de apoio que envolvesse todos os atores sociais. Em suas palavras: “mudar a cara da escola pública implica também ouvir meninos e meninas, sociedades de bairro, pais, mães, diretoras, delegados de ensino, professoras, supervisoras, comunidade científica (...)” (FREIRE, 1991, p. 35).

Dessa forma, seria possível fortalecer o vínculo entre a escola e a vida dos estudantes, tornando a educação mais relevante e significativa para eles. A respeito disso, relata-se que pesquisas publicadas pelo Instituto Unibanco (2022, p. 11) citando *Bridgeland* at al (2006) mostram que “71% dos jovens norte-americanos que evadiram o ensino médio achavam que um elemento chave para manter os estudantes na escola era ter uma melhor comunicação entre país e escola”.

Assim sendo, entende-se que o monitoramento por parte da escola e o contato contínuo com a família são percebidos como importantes elementos para a prevenção da evasão. Ao ingressar no ensino médio, muitos estudantes sentem uma diminuição do acompanhamento e do envolvimento da escola com suas famílias, o que pode contribuir para o desengajamento dos alunos e para a evasão.

À vista disso, compreende-se que o envolvimento dos pais na vida escolar dos estudantes pode estar associado a um melhor desempenho acadêmico, independentemente de fatores socioeconômicos. Portanto, fortalecer a parceria entre a escola e a família pode contribuir para a redução da evasão escolar, promovendo um ambiente de apoio e incentivo ao aluno em sua jornada educacional.

Destaca-se nesta seção o alerta da UNICEF (2022) que destaca resultados de pesquisa que indica que dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil. O estudo destaca ainda, que a evasão escolar é um risco real enfrentado por muitos estudantes, principalmente aqueles que frequentam escolas públicas.

De acordo com a pesquisa realizada (UNICEF, 2022) nos últimos três meses, cerca de 21% dos estudantes com idades entre 11 e 19 anos consideraram desistir da escola. Essa preocupante estatística destaca a importância de compreender os fatores que levam os estudantes a cogitarem abandonar seus estudos. A partir desses estudos, infere-se que a evasão é um fenômeno complexo que envolve o fracasso tanto do estudante quanto da instituição de ensino, podendo estar relacionado a diversas motivações, sejam elas convergentes ou não.

Krawczyk (2009) destaca alguns desafios do ensino médio no Brasil, tais como ampliar o acesso e a permanência dos jovens na escola; melhorar a qualidade do ensino; tornar o currículo mais flexível e diversificado; valorizar os professores; fortalecer a gestão escolar; promover a integração entre educação e trabalho; e garantir a equidade e a inclusão social. os quais suscitam reflexões sobre as políticas educacionais e a realidade social, econômica e política do sistema educacional brasileiro. No contexto da evasão escolar, a autora ressalta que

> a evasão, que se mantêm nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos. Para alguns setores sociais, cursar o ensino médio é algo tão natural quanto comer tomar banho etc. E, muitas vezes, sua motivação está bastante associada à possibilidade de recompensa (seja por parte dos pais ou pelo ingresso na universidade). A questão está naquele grupo social para o qual o ensino médio não faz parte nem de seu capital cultural nem de sua experiência familiar e, por isso, o jovem desse grupo, geralmente não é cobrado para continuar estudando.

> É aí que está o desafio de criar a motivação pela escola (KRAWCZYK, 2009, p. 9).

Este excerto revela que a evasão escolar é um problema complexo que vai além de questões econômicas ou declínio da utilidade dos diplomas. A falta de motivação dos alunos para continuar os estudos é uma das principais causas desse fenômeno. Para alguns setores sociais, cursar o ensino médio é algo natural e motivado pela expectativa de recompensas, como o reconhecimento dos pais ou a possibilidade de ingressar na universidade.

No entanto, existe um grupo social para o qual o ensino médio não possui valor cultural nem experiência familiar, e esses jovens geralmente não recebem cobranças para continuar estudando. Esse desafio de criar motivação pela escola está diretamente relacionado a encontrar maneiras de envolver e engajar os alunos desse grupo, superando as barreiras sociais e culturais que afetam sua percepção e valorização da educação.

Apresentam-se na tabela 1 dados de pesquisa divulgados pela UNICEF (2022), em que retratam os principais motivos pelos quais jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

Tabela 1 - Motivos para não frequentar a escola – adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola, Brasil, 2019

Principal motivo de não frequentar escola (15 a 17 anos)	N	%
Trabalhava ou estava procurando trabalho	91.831	14,6
Não tem escola ou faculdade na localidade ou ficam distantes	18.593	3,0
Falta de vaga na escola ou no turno letivo desejado	21.152	3,4
Falta de dinheiro para pagar mensalidade, transporte, material escolar etc.	7.766	1,2
Por gravidez	71.504	11,4
Por ter que realizar afazeres domésticos ou cuidar de criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência	44.266	7,0
Tinha que cuidar dos afazeres domésticos ou de idoso ou pessoa com necessidades especiais	25.076	4,0
Estudando para concurso ou por conta própria para vestibular/Enem	7.995	1,3
Por já ter concluído o nível de estudo que desejava	9.876	1,6
Por ter problema de saúde permanente	38.963	6,2
Não tem interesse em estudar	240.545	38,2
Outro motivo (especifique)	51.965	8,3
TOTAL	**629.531**	**100,0**

Fonte: Unicef (2022, p. 38).

De acordo com o estudo realizado, os três motivos mais frequentemente alegados são o desinteresse em estudar, a necessidade de trabalhar ou a procura por trabalho, e a gravidez.

Em relação ao desinteresse em estudar, não temos informações adicionais na tabela, mas é um motivo preocupante, pois indica uma falta de engajamento dos jovens com o processo educacional. Isso pode estar relacionado a diversos fatores, como currículos pouco atrativos, falta de relevância dos conteúdos para a realidade dos alunos ou problemas de relacionamento com os professores e colegas.

A necessidade de trabalhar ou procurar trabalho é o segundo motivo mais citado pelos jovens para não estarem matriculados na escola. Esse dado pode estar relacionado à realidade socioeconômica desses jovens e suas famílias. Muitos jovens são obrigados a trabalhar para ajudar no sustento da família ou porque precisam contribuir com suas despesas pessoais. Essa situação pode ser agravada em contextos de desigualdade social e falta de oportunidades de emprego para jovens sem experiência profissional.

A gravidez é o terceiro motivo mais mencionado, indicando que uma parcela significativa dos jovens que estão fora da escola são jovens mães ou grávidas. A maternidade na adolescência pode trazer desafios adicionais para a permanência na escola, como a necessidade de cuidar do bebê e a falta de apoio adequado por parte da família e da escola.

Esses dados revelam a complexidade da situação da evasão escolar entre os jovens de 15 a 17 anos. É importante que as políticas públicas e as instituições de ensino considerem esses motivos ao desenvolver estratégias para combater a evasão e garantir o acesso e a permanência dos jovens na escola. Isso inclui a criação de currículos mais relevantes e atrativos, o oferecimento de oportunidades de emprego para jovens e a implementação de medidas de apoio específicas para jovens mães e grávidas. O objetivo é garantir que todos os jovens tenham a oportunidade de concluir sua educação e alcançar seus objetivos pessoais e profissionais.

Além desses destaques, há outro aspecto preocupante da evasão escolar no Brasil, pois, de acordo com os dados publicizados pelo UNICEF (2022), quase metade dos jovens que abandonam a escola (44,9%) não estão trabalhando. Esse dado indica que a evasão escolar não está diretamente ligada apenas à

necessidade de trabalho como muitas vezes é presumido. A alta proporção de jovens que não estão empregados e, ainda assim, abandonam os estudos ressalta a complexidade desse fenômeno.

Há diversos fatores que podem estar contribuindo para essa realidade. É possível que esses jovens enfrentem desmotivação em relação à escola, dificuldades de aprendizado, falta de suporte familiar ou problemas socioeconômicos que vão além da simples necessidade de trabalhar.

Essa informação é importante para a formulação de políticas públicas e estratégias educacionais mais eficazes. É necessário ir além da abordagem simplista que associa a evasão escolar apenas à necessidade de trabalho, e em vez disso, investigar mais profundamente os diversos fatores que podem estar afetando a permanência dos jovens na escola.

As instituições de ensino, juntamente com os órgãos responsáveis pela educação, devem trabalhar em conjunto para identificar as causas subjacentes da evasão escolar e implementar medidas de prevenção e intervenção adequadas. Isso pode incluir a oferta de programas de apoio aos estudantes, revisão dos currículos para torná-los mais atrativos e relevantes, e o fortalecimento das parcerias com a família e a comunidade para apoiar os jovens na sua trajetória educacional.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número elevado de faltas injustificadas e a evasão escolar ferem os direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1996; 1990).

A Lei nº 12.013, de 06 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), que determina às instituições de ensino a obrigatoriedade de enviar informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos, reduziu, de 50% para 30%, o percentual de faltas permitido em lei para acionar o Conselho Tutelar do município em relação aos alunos faltosos (BRASIL, online). Essa lei representa uma medida importante para fortalecer a comunicação entre as instituições de ensino e os responsáveis pelos estudantes. Ela estabelece a obrigatoriedade de que as escolas enviem informações escolares aos pais ou responsáveis legais dos alunos, sejam eles conviventes ou não com seus filhos.

Além disso, entende-se que a supracitada lei visa promover uma maior participação dos pais na vida escolar dos estudantes, permitindo que estejam mais envolvidos e informados sobre o desempenho acadêmico, comportamento e frequência de seus filhos na escola. Com a troca de informações regulares, os responsáveis têm a oportunidade de acompanhar o progresso educacional das crianças e jovens de forma mais próxima.

Essa comunicação efetiva entre escola e família pode ter impactos positivos no processo educacional, pois os pais podem apoiar e incentivar seus filhos de maneira mais assertiva, contribuindo para o desenvolvimento e o sucesso acadêmico. Além disso, a parceria entre a escola e a família é fundamental para identificar eventuais dificuldades ou necessidades específicas do aluno, permitindo que a instituição tome medidas adequadas para auxiliar em seu crescimento educacional.

Considera-se, portanto, importante estudar as fragilidades educacionais, o que envolve compreender a ligação com os aspectos sociopolíticos e culturais. Veiga-Neto (2007, p. 102) tem um contributo provocativo ao dizer que é necessário pensar a educação escolar "como um conjunto de práticas indissolúveis às demais práticas sociais, de modo que", "pensar qualquer mudança no âmbito da escola implica pensar como as coisas estão se passando no âmbito da sociedade".

O cenário escolar durante a pandemia evidenciou outro agravante, a falta de acesso à internet e a falta de inclusão digital. Segundo dados da última PNAD Contínua TIC, 17,3% dos domicílios nacionais não possuíam acesso à internet em 2019, o que impactou cerca de 36,5 milhões de pessoas e também contribuiu para a evasão.

Embora os alunos dos primeiros anos apresentem histórico de alto índice de reprovação e evasão escolar nessa etapa, os cancelamentos de matrícula abarcam todas as turmas dos três períodos de cada curso da modalidade integrada e todas as turmas das formas concomitantes e subsequentes (CEFET-MG, 2022).

No Brasil, a taxa de conclusão do ensino médio ainda é um desafio a ser enfrentado. Segundo dados Anuário Brasileiro da Educação Básica (ABEB, 2021, p. 24), a cada 100 jovens brasileiros que ingressam na educação infantil, apenas 69 concluem o ensino médio na idade considerada regular. Esse número é

preocupante, pois a educação é um direito fundamental (BRASIL, 1988) e essencial para o desenvolvimento do país.

A baixa qualificação é um fator que acentua a vulnerabilidade social, conforme apontado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2016). Trabalhadores com baixa qualificação possuem habilidades limitadas para desempenhar suas atividades profissionais, o que resulta em um baixo valor agregado aos resultados do trabalho, especialmente quando possuem ensino médio incompleto.

A pandemia teve um impacto significativo nas taxas de evasão escolar no Brasil, como revelado por um relatório do IBGE, mostrando um aumento de mais de 50% no número de alunos que abandonaram a escola em 2020 em comparação com o ano anterior. Essa evasão foi mais acentuada entre os alunos de famílias de baixa renda e que residiam em áreas rurais.

Para combater esse problema, o governo brasileiro adotou medidas como o fornecimento de acesso gratuito à internet para estudantes de famílias de baixa renda e programas para auxiliar aqueles que abandonaram precocemente a escola a retornarem. Além disso, várias ações envolvendo educação e saúde foram realizadas durante a pandemia, buscando mitigar os efeitos do distanciamento social, e essas ações podem ser acompanhadas pelo portal do Ministério da Educação.

Apesar das iniciativas adotadas, é possível que essas medidas não tenham sido suficientes para resolver completamente o problema da evasão escolar, especialmente em um momento tão desafiador como o que vivemos. É crucial um esforço conjunto da sociedade, governo e instituições de ensino para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e possam permanecer na escola.

A teoria de Tinto (1975) destaca que a falta de interação social dos estudantes pode aumentar as chances de evasão escolar, sendo importante que o estudante esteja integrado ao ambiente escolar, mantendo uma boa relação com colegas, professores e a instituição como um todo. Além disso, sentimentos de incapacidade e frustração podem impelir o estudante a desistir, o que reforça a importância de ações que promovam o engajamento e a motivação dos alunos.

Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia (BRASIL, 1996). Ela tem como objetivo principal preparar os estudantes para atuarem no mundo do trabalho considerando a interrelação dos aspectos sócio-histórico e cultural. Dessa forma, a Educação Profissional e Tecnológica desempenha um papel estratégico no desenvolvimento social e econômico de um país (COSTA e COUTINHO, 2018).

Conforme previsto na LDB, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, os cursos da EPT podem ser organizados por eixos tecnológicos (BRASIL, 1996), representando uma abordagem estratégica e flexível para dialogar com o mundo do trabalho e a sociedade como um todo. Essa organização possibilita a construção de diferentes itinerários formativos, ou seja, trajetórias educacionais personalizadas que permitem aos estudantes escolherem caminhos mais adequados aos seus interesses e objetivos profissionais.

Os eixos tecnológicos agrupam áreas de conhecimento e atividades profissionais afins, proporcionando uma estrutura que facilita a articulação entre os cursos e a interdisciplinaridade. Isso permite que os estudantes desenvolvam uma visão mais abrangente e integrada sobre as diversas possibilidades de atuação profissional em determinado setor da economia (COSTA e COUTINHO, 2018).

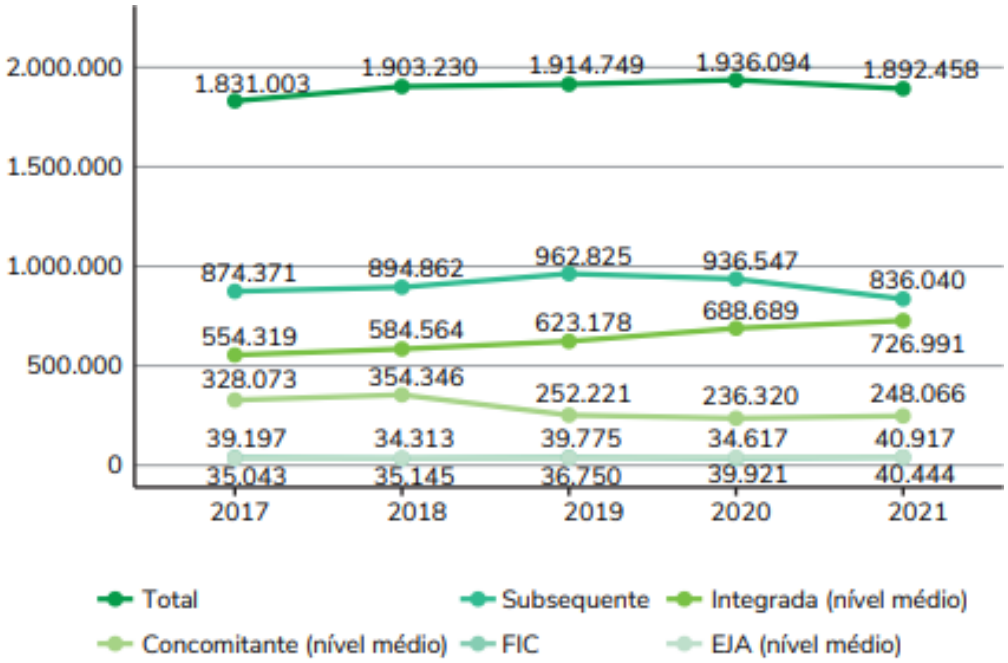
O primeiro tipo de curso abrangido pela EPT é de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Esses cursos têm como objetivo preparar os estudantes para o ingresso no mundo do trabalho ou para a atualização de suas competências profissionais. São cursos de curta duração e têm uma abordagem mais prática e aplicada (BRASIL, 1996). Destaca-se, porém, que estes cursos não possibilitam o aumento da escolaridade dos alunos.

O segundo tipo são os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), que têm como objetivo proporcionar uma formação mais completa e aprofundada em determinada área técnica, preparando os estudantes para exercerem atividades profissionais específicas. Eles são destinados a estudantes que estão cursando ou que concluíram o ensino médio e desejam se uma formação que integre os saberes da ciência, técnica, tecnologia com os saberes da sociedade.

O terceiro tipo são os cursos de Educação Profissional Tecnológica de graduação e pós-graduação, oferecidos em instituições de ensino superior e têm como objetivo formar profissionais de nível superior com uma sólida base tecnológica, capazes de atuar em áreas que exigem um elevado grau de conhecimento técnico e científico.

A pesquisa aborda a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, uma modalidade da Educação Básica que tem como objetivo oferecer aos estudantes uma formação técnica especializada, em conjunto com a formação geral. No Brasil, essa modalidade de ensino vem crescendo ao longo dos anos, embora tenha sofrido uma decréscimo em 2021, fato este que pode estar relacionado a pandemia da Covid-19. Assim, registra-se no gráfico 1 o número de matrículas entre 2017 e 2021.

Gráfico 1 - Número De Matrículas Na Educação Profissional – Brasil – 2017-2021



Fonte: Brasil (2022, p. 33).

Em 2021, quase dois milhões de matrículas foram registradas na educação profissional técnica de nível médio, demonstrando a relevância e a busca dos estudantes por cursos técnicos (ABEB, 2021).

Os dados mostram que a modalidade Integrada ao Ensino Médio e a Subsequente são as mais populares, representando cerca de 86% do total de

matrículas (ABEB, 2021). Isso indica que muitos estudantes optam por fazer cursos técnicos ao mesmo tempo que cursam o Ensino Médio ou após sua conclusão, buscando uma formação mais completa e alinhada com as demandas do mercado de trabalho.

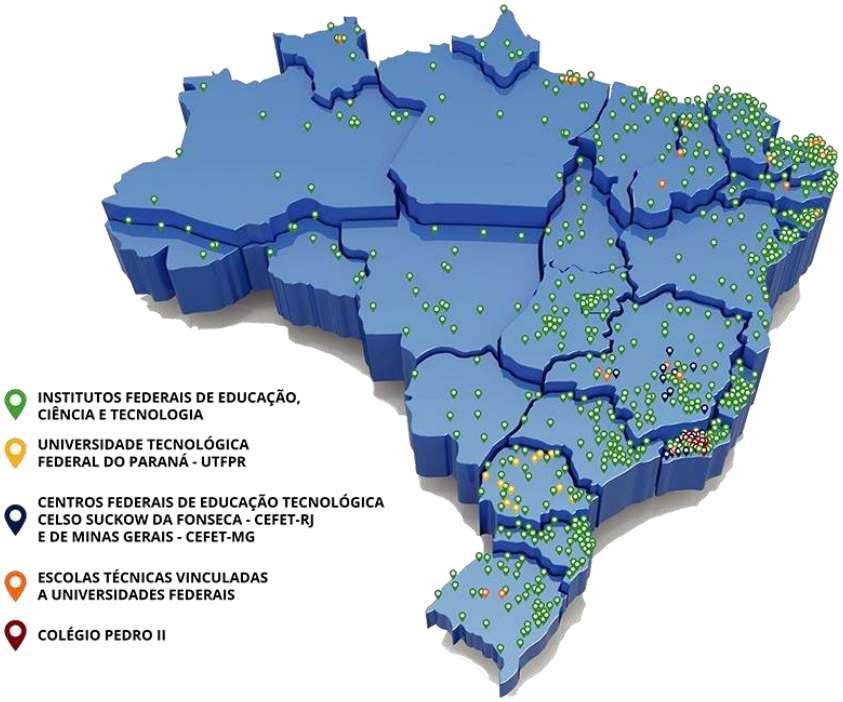
Por outro lado, a modalidade Integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta um número reduzido de matrículas (ABEB, 2021), sugerindo que essa opção ainda é pouco explorada pelos estudantes, possivelmente devido aos desafios específicos enfrentados por essa faixa etária para conciliar estudos e trabalho.

O crescimento gradual das matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao longo da última década reflete a crescente demanda por cursos técnicos no Brasil. Dentre alguns estudos, cita-se a reportagem divulgada por Marta Cavallini, no Jornal G1, em 05 de fevereiro de 2023, com a seguinte chamada: “Brasil precisa de 77 mil técnicos industriais em 2023 - Logística e metalmecânica são algumas das áreas com maior demanda” (CAVALLINI, 2023, Website).

Esta reportagem se fundamentou no Levantamento do Observatório Nacional da Indústria, em que Márcio Guerra, gerente-executivo do Observatório, revela a Cavallini (2023, online), que os setores como “construção e metalmecânica, continuam demandando muitos técnicos, e as mudanças tecnológicas estão impactando o perfil de profissional, com o crescimento de áreas como TI e eletroeletrônica”.

Pressupõe-se que essa demanda seja resultado do reconhecimento da importância da formação técnica para a empregabilidade e o desenvolvimento profissional dos estudantes. À vista disso, importa destaca que a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) em 2008 (BRASIL, 2008) contribuiu para a ampliação das vagas e, consequentemente, das matrículas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. A figura 1 é a representação gráfica deste crescimento.

Figura 1 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes

A RFEPCT conta com mais de 661 unidades vinculadas a 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet) CEFET-MG e CEFE-RJ, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Entende-se assim, que os IF desempenham um papel importante na oferta de cursos técnicos em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a democratização do acesso à educação profissional.

Esses dados são importantes para basilar a compreensão do cenário da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no país e orientar políticas públicas que promovam o acesso e a qualidade dessa modalidade de ensino. O aumento do interesse dos estudantes por cursos técnicos mostra a relevância dessa formação para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens brasileiros. Assim, é essencial continuar monitorando esses dados e buscando estratégias para aprimorar e expandir a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio em todo o território nacional.

Ensino remoto emergencial

A Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), trouxe uma medida excepcional ao autorizar a substituição das disciplinas presenciais por aulas ministradas através de meios e tecnologias de informação e comunicação durante a situação de pandemia de Covid-19 (BRASIL, 2020, online). Isso resultou no chamado Ensino Remoto Emergencial (ERE), em que as aulas presenciais foram temporariamente substituídas por aulas em plataformas digitais.

Estudos realizados pelas pesquisadoras Costa (2020) e Grossi (2021) apontam que o ERE, praticado durante a pandemia de Covid-19, possui semelhanças com a Educação a Distância (EaD) em alguns aspectos, principalmente no uso e aplicação de recursos tecnológicos. Além disso, ambos envolvem a realização de atividades educacionais em que os sujeitos da escola estão fisicamente distantes um do outro.

Entretanto, as autoras destacam que o ERE e a EaD diferem em relação ao planejamento e organização didático-pedagógica. O ERE, por ser emergencial, foi implementado de forma excepcional, com a transposição rápida do ensino presencial para o formato a distância. Isso pode implicar em diferenças na qualidade e efetividade das estratégias educacionais adotadas.

Enquanto a EaD é uma modalidade de ensino previamente planejada e estruturada, com metodologias e recursos específicos para o aprendizado a distância, o ERE teve que se adaptar rapidamente às circunstâncias impostas pela pandemia, o que pode gerar desafios adicionais para professores, alunos e instituições.

Portanto, é importante reconhecer que o ERE, embora tenha se assemelhado a EaD em algumas questões tecnológicas, possui particularidades em relação ao planejamento e execução das atividades educacionais. Essas características específicas do ERE devem ser consideradas em análises e pesquisas sobre os impactos e eficácia dessa modalidade durante o período de pandemia.

Segundo o diretor de Educação Profissional e Tecnológica e presidente da comissão geral para implantação do ERE, professor Sérgio Gomide, as

> modalidades se diferem em vários aspectos: “dos papéis sociais de alunos e professores às estratégias pedagógicas, passando por ritos de socialização, por condições de interação, pelas metodologias utilizadas e pelos processos avaliativos, entre vários outros fatores relevantes” (CEFET-MG, 2020c, *online*).

Com o fechamento das escolas devido à pandemia, tanto os professores sem experiência prévia no ensino remoto quanto os alunos, muitas vezes sem acesso adequado a ferramentas digitais, tiveram que se adaptar rapidamente às atividades escolares online. Essa mudança exigiu uma rápida adaptação nas interações diárias entre alunos e professores, que anteriormente ocorriam nas salas de aula físicas, e muitos não estavam familiarizados com essas novas formas de comunicação.

Nesse contexto, surgiram novas plataformas e aplicativos, como o Google Classroom e o Teams, como alternativas para a transformação digital na educação. Essas tecnologias digitais desempenharam um papel crucial no sistema educacional, possibilitando o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e melhorando a aprendizagem dos alunos.

No entanto, é importante enfatizar que essas ferramentas devem ser vistas como recursos didáticos complementares no processo de ensino-aprendizagem. Para garantir que a educação não seja prejudicada por limitações tecnológicas, é fundamental investir na capacitação dos professores e na disponibilização de recursos tecnológicos adequados para os alunos.

Além das questões tecnológicas, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) também evidenciou outras carências no processo educacional. Conforme defendido por Freire (1996, p. 25), ensinar não é simplesmente transferir conhecimento, mas criar as condições para sua produção e construção. Nesse sentido, é necessário considerar não apenas o acesso às tecnologias, mas também as questões emocionais e psicológicas que os alunos e toda a comunidade escolar enfrentaram durante esse período desafiador.

O contexto do ERE trouxe instabilidade emocional diante de novos desafios, ameaças à saúde devido à Covid-19 e outras dificuldades que afetaram profundamente a comunidade escolar. Portanto, além de investir em tecnologias educacionais, é fundamental considerar o bem-estar e a saúde mental dos alunos e

professores para garantir um processo de ensino-aprendizagem mais efetivo e inclusivo.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA E OS CAMINHOS TRILHADOS NO PROCESSO DE PESQUISA

No oceano dos fatos, só aquele que lança a rede das conjecturas poderá pescar alguma coisa (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Nesse Capítulo, são apresentados os objetivos da pesquisa, a descrição da amostra e dos instrumentos utilizados, além dos procedimentos de coleta e análise dos dados. Derivada da palavra método, do latim *methodus,* metodologia é o caminho para a realização de algo, é o processo para se atingir o conhecimento de algo, ou sobre algo. A investigação científica permite a aquisição do conhecimento científico que se baseia na análise sistemática dos fenômenos e na organização dos princípios e processos racionais e experimentais. Pode variar segundo a sua natureza, assim, uma pesquisa pode ser qualitativa, quantitativa, básica ou aplicada (LAKATOS; MARCONI, 2007).

A metodologia científica é fundamental para garantir a qualidade e a confiabilidade das pesquisas realizadas, principalmente em períodos de crise, como a pandemia de 2020. Essa crise abalou a confiança da sociedade nas pesquisas, especialmente com relação à eficácia das vacinas contra a Covid-19. Nesse contexto, é essencial destacar a relevância da ciência como uma ferramenta fundamental para avançar o conhecimento em diversas áreas e enfrentar os desafios impostos pela pandemia.

No Brasil, durante o período de 2020 a 2022, o negacionismo em relação à Covid-19 foi um tema amplamente discutido. Muitas pessoas negaram a gravidade da doença e se recusaram a seguir as medidas preventivas (USP, 2021), recomendadas pelas autoridades de saúde, como o uso de máscaras e o distanciamento social. Infelizmente, essa postura contribuiu para o aumento do número de casos e mortes no país, tornando evidentes as consequências do negacionismo em saúde pública.

A defesa das vacinas é o nosso último front. Se não conseguirmos convencer as pessoas de que as vacinas são seguras e que elas precisam se vacinar,

> *vai ficar muito difícil defender qualquer coisa com base na ciência daqui pra frente*, diz o analista de comunicação João Henrique Rafael Junior, membro da União Pró-Vacina (UPVacina), da USP Ribeirão Preto, e um dos organizadores da campanha Todos Pelas Vacinas (USP, 2021, online, grifos no original).

É importante destacar que a negação da ciência não é um fenômeno novo no Brasil. No passado, o país também enfrentou momentos de negação científica, especialmente relacionados ao desenvolvimento de vacinas. No entanto, é fundamental reconhecer que a ciência e a pesquisa científica são processos essenciais para a construção do conhecimento e para enfrentar os desafios da sociedade.

A pandemia da Covid-19 reforçou a importância da ciência e da metodologia científica na busca por soluções e respostas fundamentadas para problemas complexos. A confiabilidade dos resultados obtidos por meio de metodologias científicas adequadas é crucial para orientar políticas públicas, tomadas de decisão e ações efetivas para enfrentar a pandemia e outras questões de relevância social e global.

Portanto, é fundamental valorizar a ciência e a metodologia científica como ferramentas essenciais para entender o mundo, enfrentar desafios e promover o avanço da sociedade em direção a um futuro mais seguro e sustentável. A ciência é um patrimônio da humanidade e deve ser respeitada e valorizada para o benefício de toda a sociedade. De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), foram apenas cinco dias que

> marcaram a história da saúde pública no Brasil. No início de novembro de 1904, o Rio de Janeiro, então capital federal, foi palco da maior revolta urbana que já tinha sido vista na cidade. A Revolta da Vacina deixou um saldo de 945 prisões, 110 feridos e 30 mortos, segundo o Centro Cultural do Ministério da Saúde. O estopim da rebelião popular foi uma lei que determinava a obrigatoriedade de vacinação contra a varíola. Mas havia um complexo e polêmico panorama social e político por trás da revolta, e diferentes fatores ajudam a explicar melhor os protestos. Dados do Instituto Oswaldo Cruz mostram que, naquele ano, uma epidemia de varíola atingiu a capital. O Rio de Janeiro, aliás, sofria com várias outras doenças (como peste bubônica, tuberculose e febre amarela) e era conhecido no exterior pelo nada elogioso apelido de “túmulo dos estrangeiros”. Só em 1904, cerca de 3.500 pessoas morreram na cidade vítimas da varíola, e chegava a 1.800 o número de internações pela enfermidade apenas em um dos hospitais cariocas, o Hospital São Sebastião (FIOCRUZ, 2022, online).

Fonte: FIOCRUZ, 2022.

Naomi Oreskes (s/a, online), pesquisadora de Harvard, diz que “desacreditar a ciência é uma estratégia política”. Este excerto corrobora com o negacionismo político experenciado pelo Brasil na pandemia da Covid 19.

No caso deste estudo, o objetivo é desenvolver conhecimentos sobre a evasão escolar nos cursos da EPTNM por meio da experiência humana e da compreensão dos significados atribuídos pelos participantes. De acordo com o objetivo traçado, optou-se pela pesquisa descritiva, de natureza básica e abordagem qualitativa. Este tipo de pesquisa tem como objetivo descrever, registrar, observar, analisar e relacionar as características de um grupo social, população ou fenômeno estudado. A coleta de dados é realizada por meio de diversos métodos, como questionários, formulários, entrevistas e observação sistemática, que são conhecidos como Levantamento (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Sendo assim, os procedimentos técnicos foram realizados por meio da pesquisa bibliográfica e documental, por serem consideradas fontes confiáveis para obtenção de informações e dados. A fonte de subsídios pode ser livros, artigos, teses, dissertações, relatórios, leis, regulamentos, dentre outros documentos.

Os resultados da pesquisa bibliográfica e documental realizada no CEFET-MG evidenciam a importância dessa modalidade de pesquisa. Isso se deve ao fato de que ela permitiu a coleta de informações de diversas fontes, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre o objeto de estudo da pesquisa. Além disso, a pesquisa bibliográfica e documental possibilitou a identificação de lacunas na literatura existente e a fundamentação teórica da pesquisa em questão.

Ao analisar as evidências da realidade, que permitiram a coleta de amostras para esta pesquisa, foi possível obter informações concretas e precisas sobre o objeto de estudo. Além disso, a pesquisa bibliográfica e documental permitiu o acesso a informações históricas e contemporâneas sobre a evasão no CEFET-MG, suas particularidades, enfrentamentos e políticas de permanência. Dessa forma, foi possível compreender o desenvolvimento, transformações e tendências em relação ao tema estudado.

A pesquisa documental é fundamental para a sociedade, pois permite o resgate de descobertas importantes ao longo do tempo. Além disso, ela fornece conhecimento e fontes de informação para os pesquisadores interpretarem e aperfeiçoarem novos documentos (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Em um levantamento inicial realizado no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi constatado um amplo número de pesquisas que abordam a evasão na educação propedêutica. No entanto, observou-se que, até então, não havia sido realizada uma pesquisa in loco no CEFET-MG que abordasse os impactos das políticas de permanência em meio ao cenário de pandemia, o qual tem forte influência na evasão escolar.

A pesquisa abrange o contexto dos alunos e fatores relevantes, tais como as condições de ensino, as relações interpessoais e a ruptura dessas relações. São considerados também os fatores externos que podem ter influenciado a decisão dos alunos de abandonar ou permanecer nos estudos, bem como o distanciamento da escola. Também se avalia a efetividade das ações de enfrentamento adotadas pela Instituição e se os programas de apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade social contribuíram para o fortalecimento das relações interpessoais no novo ambiente escolar. Além disso, outras ações poderão ser consideradas.

Os dados coletados foram analisados a partir da teoria de análise de conteúdos de Bardin (1977). A teoria de análise de conteúdos de Bardin é uma metodologia utilizada para analisar dados qualitativos, especialmente textos. Essa abordagem foi desenvolvida por Laurence Bardin e é amplamente utilizada em diversas áreas de pesquisa, como ciências sociais, educação, psicologia, comunicação, entre outras.

A análise de conteúdo de Bardin consiste em um processo sistemático e rigoroso de categorização e interpretação de dados, visando a identificação de padrões e significados subjacentes nos dados coletados, a fim de compreender melhor o fenômeno estudado.

Figura 2 – Fases de desenvolvimento da pesquisa

Fonte: Adaptado de Bardin (1977).

O processo de análise de conteúdo começa com a pré-análise, que envolve a organização e preparação dos dados para análise. Em seguida, ocorre a exploração do material, que consiste na leitura exaustiva dos dados para identificar as unidades de registro (palavras, frases ou trechos) que serão analisadas. Após essa etapa, acontece a categorização dos dados, que é a organização dos conteúdos em categorias temáticas que representam os principais temas abordados.

Por fim, ocorre a interpretação dos resultados, que envolve a análise das categorias e a identificação dos padrões e significados subjacentes nos dados. Nessa etapa, o pesquisador pode utilizar técnicas como análise de frequência, análise de associação entre categorias e análise de discurso para compreender melhor os resultados da análise.

A teoria de análise de conteúdos de Bardin (2011) é uma metodologia flexível, que pode ser adaptada para diferentes tipos de dados e contextos de pesquisa. Ela

permite uma análise aprofundada e sistemática dos dados, o que pode contribuir significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas de estudo.

Processo de coleta de dados

Esta pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Etapas da pesquisa

1ª	**Identificação das fontes**	**Este primeiro passo consistiu na identificação das fontes de informação relevantes para a pesquisa. Assim, realizou-se uma investigação no sítio do CEFET-MG de modo geral, e no Campus Divinópolis, de modo particular. Além disso, verificou-se as normativas e regulamentações exaradas no âmbito do Ministério da Educação (MEC).**
2ª	**Seleção dos documentos**	**Nesta etapa, definiu-se os critérios de seleção dos documentos a serem analisados. Deste modo, considerou-se todas as normativas a que foi possível ter acesso, que visavam regular ou orientar políticas e ações de permanência escolar no período do ERE.**
3ª	**Organização dos dados**	**Os dados coletados foram organizados de forma sistemática, a fim de facilitar a análise posterior, por meio de planilhas de Excel.**
4ª	**Análise dos dados**	**Os dados coletados foram interpretados à luz do problema de pesquisa, considerando o percentual de alunos evadidos e as políticas de permanência desenvolvidas na Instituição.**

Fonte: Elaborada pela autora com base nos estudos de Bardin (2011)

Na primeira e segunda etapa da pesquisa, de acordo descrito no Quadro 1, foram consultados os editais dos processos seletivos de entrada dos alunos nos anos de 2017 a 2022, descritos no Quadro 2.

Quadro 2 – Editais do processo seletivo do CEFET-MG

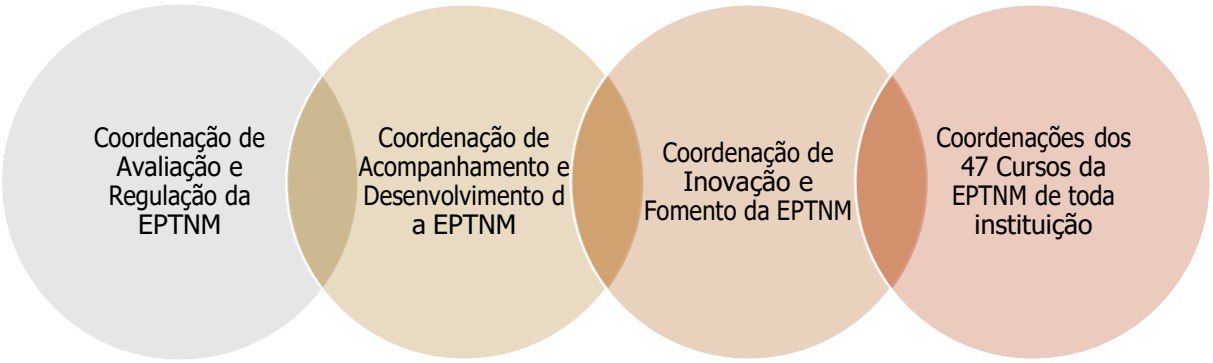
Ano	Edital	Link de acesso
2017	**Edital nº 115 de 12/09/2016**	**www.copeve.cefetmg.br**
2018	**Edital 75/2017**	
2019	**Edital 72/2018**	
2020	**Edital 65/2019**	
2021	**Edital 28/2021**	
2022	**Edital 115/2021**	

Fonte: CEFET-MG/COPEVE, 2017 – 2022

Esclarece-se que os editais são lançados no final do ano anterior de acesso e por motivos de suspensão de aulas presenciais e possibilidade do processo seletivo por provas presenciais houve alteração na modalidade e data de acesso no ano de 2021, conforme edital 28 de 2021. Para os dados de evasão escolar especificamente por ano e curso, o acesso foi por meio de e-mail encaminhado ao setor do registro escolar do CEFET-MG do Campus Divinópolis.

Importa situar ao leitor que a EPTNM está sob a competência da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT), que é um órgão Executivo Especializado e que tem como finalidade supervisionar e coordenar a execução das atividades desta modalidade de ensino, público-alvo desta pesquisa. No âmbito do CEFET-MG, a sua estrutura abarca quatro coordenações.

Figura 3 – Coordenações da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica



Fonte: Elaborado a partir de CEFET-MG, (2022).

São atribuições da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica:

> I. cumprir e fazer cumprir, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica, as determinações contidas no Estatuto, no Regimento Geral, bem como as normas editadas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT); II – implementar e desenvolver, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica, a política educacional e administrativa da Instituição, de acordo com as deliberações estabelecidas pelos Órgãos Colegiados Superiores e pelo Conselho de Educação Profissional e Tecnológica; III – coordenar, supervisionar e fiscalizar as atividades de Educação Profissional e Tecnológica da Instituição; IV – representar a Instituição no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica; V – apresentar, anualmente, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, após aprovado no Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, o relatório de sua gestão; VI – apresentar, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovados no Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, o programa de trabalho, o orçamento e a prestação de contas de sua gestão; VII – propor, anualmente, ao Conselho de Planejamento e Gestão, após aprovadas no Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes para a elaboração do orçamento da Instituição, bem como as prioridades para a aplicação dos recursos, no que concerne à Educação Profissional e Tecnológica; VIII – propor, ao Conselho de Planejamento e Gestão, as diretrizes e ações de suporte administrativo às atividades acadêmicas da Educação Profissional e Tecnológica; IX – presidir as reuniões do Conselho de Educação Profissional e Tecnológica, nos termos do Regimento Geral; X – cumprir as demais atribuições explicitamente delegadas pelo Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET-MG/DEPT, 2022, online).

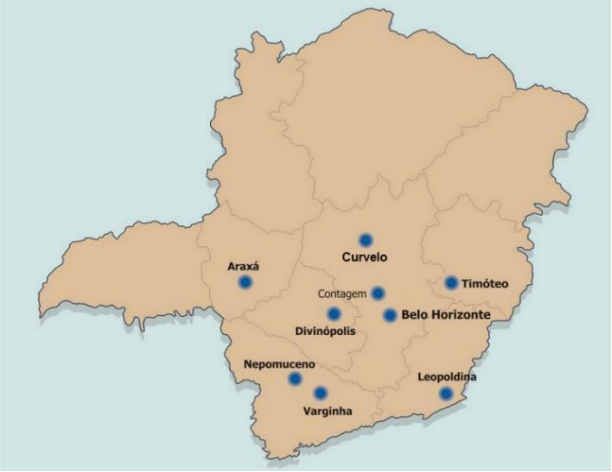
A relação dos documentos analisados no *corpus* da pesquisa foi organizada em tabelas de modo a facilitar a compreensão dos leitores sobre a operacionalidade do ERE e das políticas de permanência no CEFET-MG.

5. AS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA DO CEFET-MG NO ERE

O CEFET-MG

Vinculado ao Ministério da Educação, o CEFET-MG é uma autarquia federal brasileira que oferece ensino verticalizado - do nível médio a pós-graduação, abarcando ensino, a pesquisa e a extensão, na área tecnológica e no âmbito da pesquisa aplicada (CEFET-MG, 2022). Com sua estrutura multicampi possui dez *campi* de ensino no estado de Minas Gerais, dentre eles, Divinópolis, Instituição criada em 1994, *campi* no qual será realizado o estudo (CEFET-MG/DIVINÓPOLIS, 2022).

Figura 3 – *Campi* do CEFET-MG



Fonte: Sindcefetmg (2020)

A sede administrativa central encontra-se instalada junto ao Campus Nova Suíça que, por sua vez, abriga uma diversidade de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Cada uma das unidades da Instituição desempenha um papel significativo na oferta de programas educacionais técnicos, de graduação e pós-graduação, nas áreas de tecnologia, engenharia, educação tecnológica e ciências

aplicadas, com foco principal nas demandas regionais por qualificação de mão de obra local.

Cita-se, como exemplo, o Campus Araxá, situado no Triângulo Mineiro, local em que se concentra a oferta de cursos técnicos e de graduação voltados para a indústria e tecnologia em geral, mas com foco especial na mineração, uma das atividades econômicas mais demandantes por profissionais qualificados neste setor da indústria naquela região. O Campus Curvelo contribui com cursos técnicos e de graduação, focando em áreas como mecânica e automação industrial.

O Campus Divinópolis, localizado na região Centro-Oeste de Minas Gerais, oferece programas educacionais técnicos e de graduação nas áreas da indústria e tecnologia, com um foco especial na indústria da moda. O Campus Leopoldina disponibiliza cursos técnicos e de graduação em tecnologia e informática. O Campus Timóteo, situado no Vale do Aço, destaca-se por sua especialização em engenharia metalúrgica e por oferecer programas educacionais técnicos e de graduação relacionados à indústria.

Figura 4 – Campus Divinópolis

Fonte: CEFET-MG/Divinópolis, 2022.

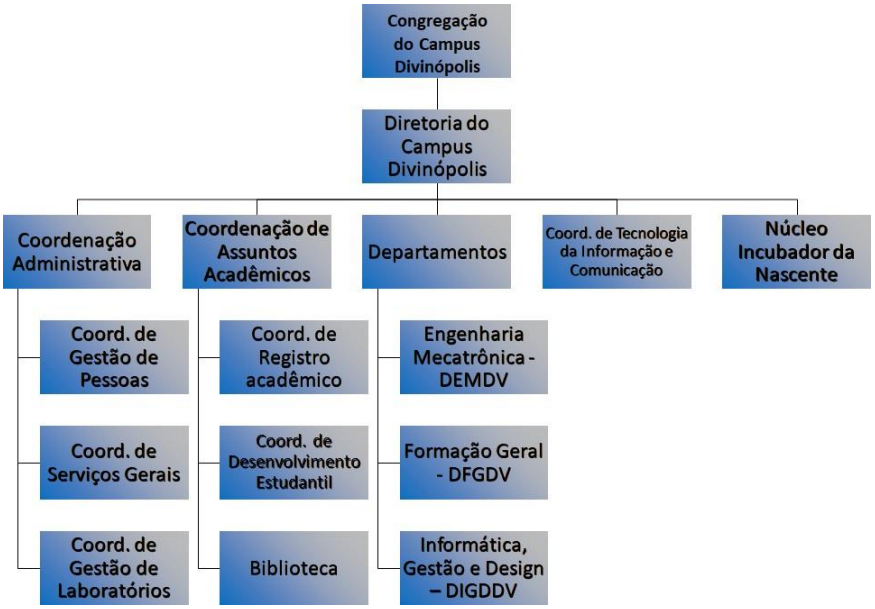
O CEFET em Divinópolis possui uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, contando com laboratórios equipados, salas de aula, biblioteca, área de convivência e espaços para atividades práticas.

Além disso, o Campus promove atividades extracurriculares, como eventos científicos, palestras, seminários e projetos de extensão, proporcionando aos estudantes a oportunidade de ampliar seus conhecimentos e vivenciar experiências práticas relacionadas às suas áreas de estudo.

Pela história de mais de 103 anos do CEFET-MG, entende-se que o campus de Divinópolis desempenha um papel relevante no desenvolvimento tecnológico e educacional da região, contribuindo para a formação de profissionais qualificados e para o avanço da ciência e da tecnologia na área.

Conforme apresentado no sítio institucional, a organização do campus Divinópolis segue a estrutura apresentada na Figura 5.

Figura 5 – Organograma do campus Divinópolis



Fonte: https://www.divinopolis.cefetmg.br/institucional-4/organograma/

Este organograma é resultado das normativas institucionais como:

→ A Resolução CD-012/2020 que estabelece a estrutura organizacional regimental do CEFET-MG e normatiza a criação e extinção de unidades organizacionais não regimentais.

→ A Portaria DIR No273/2020 cria departamentos subordinados à Diretoria do Campus, enquanto a Portaria DIR No274/2020 cria a Coordenação de Assuntos Acadêmicos (CAAVG) também subordinada

à Diretoria do Campus. A Portaria DIR No275/2020 cria unidades subordinadas à Coordenação de Administração do Campus, incluindo a Coordenação de Gestão de Laboratórios (GLABVG), Coordenação de Serviços Gerais (SEGERVG) e Coordenação de Gestão de Pessoas (CGPVG).

→ Portaria DIR No226/2021 cria unidades subordinadas à Diretoria do Campus, como a Coordenação de Administração (CADVG), Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) e Núcleo Incubador Nascente (NASC).

→ Portaria DIR No530/2022 cria o Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Inclusão (NAAPIVG) subordinado à Coordenação de Assuntos Acadêmicos do Campus.

A Resolução CD-012/2020 é um documento oficial emitido pelo CEFET-MG que estabelece a estrutura organizacional regimental da Instituição e normatiza a criação e extinção de unidades organizacionais não regimentais.

Essa resolução define de forma clara e precisa a estrutura administrativa e funcional do CEFET-MG, estabelecendo as atribuições, competências e responsabilidades de cada unidade organizacional. Isso inclui a definição dos cargos e funções, bem como as relações hierárquicas e de coordenação entre as diversas áreas.

Além disso, a resolução estabelece as diretrizes para a criação e extinção de unidades organizacionais não regimentais, ou seja, aquelas que não estão previstas no regimento interno da Instituição. Isso permite uma maior flexibilidade e adaptabilidade da estrutura organizacional do CEFET-MG, possibilitando a criação de novas unidades de acordo com as necessidades e demandas específicas.

Divinópolis possui destaque nacional como expoente do setor têxtil e um dos principais polos confeccionistas de Minas Gerais. Possuía em 2017, cerca de 20% das indústrias do setor no estado o que gera 20 mil empregos diretos e indiretos (DIVPREV, 2017). Para atender a esta demanda regional, o Campus Divinópolis é o único do CEFET-MG a ofertar o curso em Moda, que abrange os processos de criação, produção, pesquisa e interpretação dos estilos de projetos de design,

usando adequação dos modelos de vestuário aos diferentes públicos e mercado produtivo (CEFET-MG/DIVINÓPOLIS, 2022).

> Curso este que desenvolveu durante a pandemia o projeto “mutirão do bem” que dentre as atividades produziram aproximadamente te quarenta mil máscaras faciais, usadas para prevenção da Covid-19, ofertando-as para as instituições e instalações de saúde e instituição de assistência social a idosos, pois além das máscaras estavam escassas estes eram consideradas mais expostas ou sensíveis da pandemia. Os meses de julho, agosto e setembro de 2020 foram fundamentais para o reinício do calendário acadêmico do CEFET-MG. Devido à pandemia do novo corona vírus (Covid-19), as aulas tiveram que ser suspensas em março e foram retomadas em três de agosto por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Professores, técnicos administrativos e alunos tiveram que se adaptar à nova realidade e rotina e aprender uma modalidade de ensino até então desconhecida para a maioria[1].

Neste excerto pode-se observar ações realizadas pelo curso durante a pandemia, como o *projeto mutirão do bem*, no qual foram produzidas aproximadamente quarenta mil máscaras faciais para prevenção da Covid-19. Essas máscaras foram oferecidas às instituições de saúde e assistência social, com foco especial nos idosos, que eram considerados mais expostos e sensíveis à pandemia.

As aulas foram retomadas em agosto de 2020 por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que exigiu que professores, técnicos administrativos e alunos se adaptassem a uma nova realidade e rotina, aprendendo uma modalidade de ensino até então desconhecida. Essas medidas evidenciaram os esforços e a capacidade de adaptação da Instituição diante dos desafios impostos pela pandemia.

De acordo com Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) podem ser desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio (BRASIL, 2021), caracterizadas conforme explicitado na Tabela 1.

Vale lembrar que essas diretrizes estabelecem as categorias e estruturas sob as quais a Educação Profissional e Tecnológica opera. Assim sendo,

---

[1]Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/retrospectiva-cefet-mg-implementa-o-ensino-remoto-emergencial/. Acesso em: 15 abr. 2023.

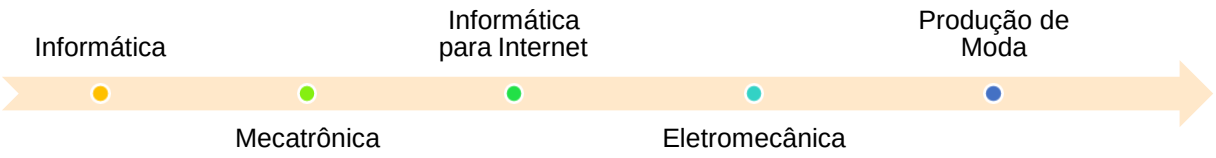
especificamente, essa modalidade de educação é oferecida em cursos de qualificação, nível médio, graduação e pós-graduação.

Tabela 2 – Formas de oferta dos cursos técnicos

1. Integrada	ofertada somente a quem tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;
2. Concomitante	ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino;
3. Concomitante Inter complementar	desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de Inter complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;
4. Subsequente	desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem tenha concluído o Ensino Médio.

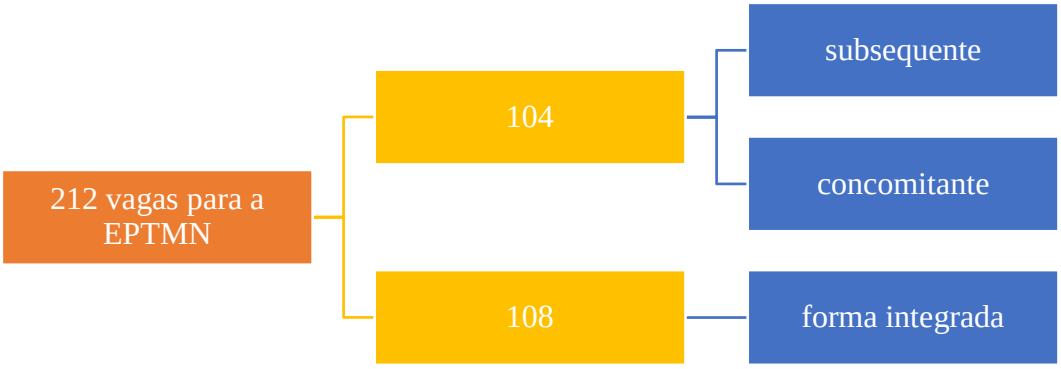
Fonte: Brasil (2021, p. 07).

Destaca-se que a oferta da descrita no item 3, *concomitante intercomplementar*, não faz parte do quadro de oferta do CEFET-MG. Em Divinópolis, por sua vez, são ofertados três cursos técnicos de nível médio. A saber:



Anualmente são disponibilizadas, para o Campus Divinópolis, 212 vagas para os cursos técnicos distribuídas nas modalidades descritas na Figura 6.

Figura 6 – Distribuição de vagas por modalidades de ensino no Campus Divinópolis



Fonte: CEFET-MG/COPEVE

O total de vagas disponibilizadas para todo o CEFET-MG, para ingresso de estudantes na EPTNM é, em média, de 2.400 vagas distribuídas para os 109 cursos técnicos ofertados pela Instituição. A busca pela elevação da taxa de concluintes é uma questão importante para o CEFET-MG. Destaca-se que metas para reduzir a evasão é recorrente nos relatórios de gestão da Instituição[23], sendo, portanto, primordial ampliar tanto o índice de permanência quanto o sucesso na conclusão dos cursos pelos discentes do CEFET-MG.

Dentre as medidas que visam atingir a meta de redução em 30%, conforme plano diretor de 2019, por ciclo das taxas gerais de evasão e retenção discente (CEFET, 2018, p. 37), destacam-se a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos e o aperfeiçoamento didático-pedagógico dos docentes.

Em 2019, o Campus Nepomuceno do CEFET-MG realizou o primeiro seminário sobre a temática e produziu o caderno de resumos do *I Seminário sobre Evasão e Reprovação (SER) no Ensino Médio, Técnico e Superior*. Esse evento reflete a constante preocupação do CEFET-MG com essa questão, o que demonstra

---

[2] Documento apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado em conformidade com as disposições da Decisão Normativa-DN/TCU nº 170/2018, Decisão Normativa-DN/TCU nº 172/2018, Decisão Normativa-DN/TCU nº 176/2019, Decisão Normativa-DN/TCU n° 178/2019; Portaria TCU nº 369/2018 ; Decisão Normativa - DN 182, de 19 de maço de 2020; Instrução Normativa-TCU 84, de 22 abril de 2020 e das orientações dos Órgãos de Controle Interno.

um movimento, mesmo que descontínuo, da Instituição em promover a permanência dos estudantes na escola e a melhoria da qualidade da educação oferecida.

Todavia, entende-se que para alcançar essa meta, é fundamental que a instituição seja proativa na identificação das causas da evasão e da retenção, buscando soluções adequadas e eficazes para enfrentar esses desafios. Além disso, é preciso envolver toda a comunidade escolar nesse processo, incluindo alunos, professores, gestores e familiares, a fim de construir uma cultura de valorização da educação e do aprendizado contínuo.

Dayrell e Gomes (2005, p. 6) destacam que os meios intra/extraescolares ora excluem, ora incluem de modo precário os jovens, acentuando as distorções escolares entre idade e série e baixos níveis de concluintes da educação obrigatória. Sendo que o nível de escolaridade da população se estrutura como fator de inclusão e exclusão.

Assim, uma indagação aflora no decorrer desses escritos: será o CEFET-MG, uma instituição que contribui com a exclusão dos alunos do nível médio? Todavia, essa não é a questão norteadora desta pesquisa, é apenas mais uma das tantas inquietudes que nos move a pensar em políticas inexauríveis para a permanência dos alunos da EPTNM, evitando-se assim, a inclusão-excludente[4].

Para avaliar o impacto das políticas de permanência durante a pandemia, é necessário abordar questões detalhadas sobre evasão escolar, incluindo os agravantes decorrentes da implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE). É importante ressaltar que a evasão é um problema multifatorial, e esta pesquisa irá focar nos fatores individuais e escolares mais comuns, durante o período de distanciamento social imposto pela pandemia.

Durante a pesquisa documental realizada no Campus Divinópolis em 2023, não foi possível encontrar uma diretriz ou protocolo unificado para o combate à evasão escolar, apesar de ser um tema recorrente das políticas da Instituição. Em

---

[4] A estratégia por meio da qual o conhecimento é disponibilizado/ negado, segundo as necessidades desiguais e diferenciadas dos processos de trabalho integrados, é o que temos chamado de inclusão excludente na ponta da escola. Ao invés da explícita negação das oportunidades de acesso à educação continuada e de qualidade, há uma aparente disponibilização das oportunidades educacionais, por meio de múltiplas modalidades e diferentes naturezas, que se caracterizam por seu caráter desigual e, na maioria das vezes, meramente certificatório, que não asseguram domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas complexas vinculadas à autonomia intelectual, ética e estética (KUENZER, 2007, p. 1.171).

relação ao atendimento aos alunos, não há um setor oficializado ou informado sobre evasão, desistência e abandono. Quando há rumores de que um aluno está propenso a abandonar a escola técnica, a Secretaria, que conta com duas assistentes de alunos, faz mediações encaminhando o aluno para a coordenação ou setor pedagógico.

Portanto, é necessário que a Instituição desenvolva e implemente políticas e ações efetivas de combate à evasão escolar, especialmente durante a pandemia. Além disso, é importante que haja uma maior articulação entre os setores que atendem os alunos, para que possam atuar de forma integrada e eficaz no combate à evasão e na promoção da permanência dos estudantes na escola.

Tanto a Coordenação quanto o setor pedagógico fazem intervenções com o aluno e a família a fim de evitar a evasão. A Coordenação de Desenvolvimento Estudantil de Divinópolis (CDEDV) tem suas atribuições definidas pela portaria DIR. nº 274 de 24 de abril de 2020. A Coordenação possui, desta forma, as atribuições de implementar as políticas e planos institucionais de desenvolvimento estudantil, bem como desenvolver, coordenar, acompanhar, executar e avaliar os serviços de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico, inclusão e diversidades de discentes no âmbito do Campus (CEFET-MG, 2022).

A equipe é formada por Psicólogo, Assistente Social, Nutricionista e dois Pedagogos e atuam também na verificação da condicionalidade dos recebimentos de auxílios financeiros. Sendo uma dessas condicionalidades a assiduidade escolar, a assistente social faz levantamentos mensais via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e caso constate infrequência o aluno é chamado para um atendimento individual no qual informa as motivações da ausência. Neste momento, entra a atuação da equipe interdisciplinar que busca da resolução aos problemas relacionados pelo aluno, na medida de suas atribuições.

A Instituição se vale do Conselho de Classe (CC) que de acordo com Dalben (2014, p. 03) é um órgão colegiado

> presente na organização da escola, o qual reúne periodicamente os vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, supervisores e orientadores educacionais, para refletirem conjuntamente e avaliarem o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos. Há algumas características básicas que o tornam diferente

> dos demais órgãos colegiados, conferindo-lhe especial importância no que tange ao desenvolvimento do projeto pedagógico da escola. São elas: a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; a organização interdisciplinar; a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho da instância.

O órgão colegiado em questão possui características que o diferenciam de outros órgãos colegiados, conferindo-lhe uma importância especial no desenvolvimento do projeto pedagógico da escola. Essas características incluem a participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais envolvidos no processo pedagógico, a organização interdisciplinar, que promove a integração entre as diferentes disciplinas, e a centralidade da avaliação escolar como foco de trabalho dessa instância.

Entretanto, no CEFET-MG, o Conselho de Classe (CC) tem sido limitado a um colegiado que recebe informações dos professores a cada dois meses, apenas sobre a infrequência dos alunos, o que prejudica a percepção da assiduidade, responsabilidade e desempenho acadêmico dos estudantes.

Um fator crucial que afeta diretamente a questão da evasão no CEFET-MG é o perfil dos alunos. A maioria dos estudantes do ensino integrado são menores de idade, ingressando no primeiro ano por volta dos 15 anos, com a participação familiar durante todo o processo. Nos cursos concomitantes e subsequentes, os alunos são maiores de 18 anos e, portanto, responsáveis por suas próprias solicitações e requerimentos. A Assistente Social do Campus Divinópolis relatou que ela observa que os alunos do ensino integrado tendem a acreditar que devem resolver seus problemas sozinhos e raramente procuram assistência no CEFET-MG.

A falta de um protocolo unificado que atue de forma intersetorial, com métricas e parâmetros claros, afeta profundamente a abordagem da evasão. A ausência de ações preventivas em relação à evasão e intervenções para resgatar os alunos evadidos ou que abandonam é problemática.

Esses questionamentos referem-se apenas às faltas repetidas, embora sejam um bom indicador para acompanhar a propensão à evasão e ao abandono, eles também estão alinhados a outros cenários que resultam na evasão. Por exemplo, podemos citar a teoria da frustração-autoestima proposta por Finn (1989), que explica que práticas escolares deficientes e resultados acadêmicos insatisfatórios

afetam a autoestima do aluno, levando a um descompasso acadêmico. Esse ciclo, agravado por problemas comportamentais, perpetua os maus resultados acadêmicos, levando gradualmente o aluno ao afastamento das experiências escolares e, eventualmente, ao abandono.

Acompanhar a assiduidade é de extrema importância, porém não é o único parâmetro na tentativa de abordar a evasão. Conscientes de que a evasão é multifatorial, a Coordenação de Desenvolvimento Educacional e Divisão de Assuntos Estudantis (CDEDV) atua em outras áreas que também afetam a permanência dos alunos. Um exemplo real relatado pela assistente social disso, são as situações psicossociais, como um caso em que um aluno ingressante possui um irmão gêmeo que não foi aprovado no CEFET-MG.

A separação desses irmãos está causando consequências emocionais que levam o aluno ingressante a desistir. Esse relato é apenas um exemplo dentre as diversas questões que afetam os adolescentes e jovens que estão em um período de transição da infância para a vida adulta.

4.2. O ensino remoto no CEFET-MG

No CEFET-MG o ERE foi regulamentado pela Resolução CEPE nº 02, de 02 de julho de 2020, que apresenta o seguinte conceito:

> §1º - Entende-se por Ensino Remoto Emergencial um conjunto de estratégias didático-pedagógicas, mediadas ou não por tecnologias digitais, de caráter temporário e excepcional, cuja principal finalidade é minimizar os impactos das medidas de isolamento social para o enfrentamento à pandemia sobre os processos de aprendizagem, preservando os vínculos intelectuais e emocionais dos discentes com os demais membros da comunidade escolar e garantindo a função socializadora da Instituição. Abrangem estudos de forma orientada e autônoma, atividades letivas síncronas e atividades assíncronas (CEFET-MG, 2020, p. 2).

Concomitante com as normas e orientações gerais, o CEFET-MG, por meio de seu corpo docente, atentou-se para as necessidades da comunidade cefetiana ofertando uma cartilha que versa sobre as orientações pedagógicas para o Ensino Remoto Emergencial, organizada pela Profa. Dra. Maria Adélia da Costa, do Departamento de Educação (DEdu). Em suas palavras:

> Neste material procurei organizar algumas orientações ou "dicas" pedagógicas que poderão subsidiar o seu planejamento de aulas síncronas e assíncronas. Trata-se de um consolidado de estudos e pesquisas bibliográficas adaptadas para esse momento de ensino remoto emergencial, o qual ainda está tateando em busca de um terreno fértil para que possamos nos sentir seguros e fazermos o que sabemos fazer: ser professor. Nem de longe se tem a pretensão de que estas orientações sejam prescrições para os professores, mas sim, um manual que possa ser consultado com a finalidade de apresentar possibilidades de organização das aulas síncronas e assíncronas (COSTA, 2022, p. 7).

O corpo docente considerou esta iniciativa muito importante para auxiliar os professores no momento desafiador vivido no ensino remoto emergencial. As orientações e dicas pedagógicas reunidas a partir de estudos e pesquisas bibliográficas podem ser importantes para os professores planejarem suas aulas síncronas e assíncronas.

É interessante notar que a autora do texto não pretende impor prescrições, mas sim apresentar um manual que possa ser consultado para oferecer possibilidades de organização das aulas. Esse tipo de iniciativa é fundamental para garantir que o ensino remoto emergencial seja efetivo e que os professores se sintam mais seguros para desempenhar seu papel fundamental na educação.

As normativas institucionais para o ERE no CEFET-MG

As normativas institucionais desempenham um papel fundamental na organização e regulação de uma instituição, estabelecendo padrões e procedimentos que devem ser seguidos por todos os envolvidos. No contexto acadêmico, essas normativas são particularmente relevantes, pois definem as diretrizes para a trajetória acadêmica dos estudantes e regulamentam o funcionamento das instituições de ensino.

Além de garantir a qualidade do ensino e da pesquisa, as normativas institucionais também contribuem para a transparência das instituições, permitindo que os recursos e atividades realizadas sejam monitorados e avaliados com mais precisão. Ao estabelecer regras claras e objetivas, essas normativas facilitam o entendimento dos processos envolvidos na Instituição e ajudam a comunidade acadêmica a compreender melhor o seu desempenho. Portanto, as normativas

institucionais são revisadas e atualizadas regularmente para garantir a eficácia e a eficiência da Instituição. E ficam disponíveis no site, conforme figura 5 que apresenta os tutoriais do ERE no CEFET- Divinópolis.

Figura 7 – Tutoriais do ERE no CEFET- Divinópolis

Fonte: https://www.divinopolis.cefetmg.br/tutoriais/

→ Atos normativos exarados pelo CEFET-MG

Instrução Normativa, Portaria e Resolução são termos comuns usados no contexto das normativas institucionais, sendo utilizados para designar diferentes tipos de documentos que regulamentam as atividades e processos de uma organização ou instituição. As definições de três destes termos, abordados nesse trabalho encontram-se no Quadro 3.

Quadro 3 - Definição dos atos normativos exarados pelo CEFET-MG

Instrução Normativa	Consiste em ato normativo expedido por uma autoridade com competência estabelecida ou delegada para normatizar a matéria, no sentido de disciplinar a execução de lei, decreto ou regulamento, sem, no entanto, transpor ou inovar em relação à norma que complementa.
Portaria	Portaria é um documento de ato administrativo de qualquer autoridade pública, que contém instruções acerca da aplicação de leis ou regulamentos, recomendações de caráter geral, normas de execução de serviço, nomeações, demissões, punições, ou qualquer outra determinação da sua competência.
Resolução	Resolução é norma jurídica destinada a disciplinar assunto de interesse interno.

Fonte: CEFET-MG, 2022.

Assim sendo, entende-se que a Instrução Normativa é utilizada para orientar procedimentos específicos, a Portaria para comunicar decisões e estabelecer normas de forma mais simples, e a Resolução para estabelecer diretrizes e regulamentações de forma mais ampla e geral.

Tabela 3 - Conjunto do *corpus* da pesquisa

Documentos	Assunto	Acesso
Instrução normativa nº 01/2020, de 07 de agosto de 2020	Regulamenta e sugere formas de aplicação da Resolução CEPT nº 05/2020, que estabelece os princípios fundamentais e normatiza a implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), em caráter excepcional e temporário, para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do CEFET-MG.	https://www.dept.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/80/2020/08/Instrucao-Normativa-01_2020.pdf
Resolução CEPT-11/2020, de 20 de novembro de 2020	Estabelece, em caráter excepcional e temporário, os critérios e procedimentos para a dispensa de disciplinas por aproveitamento de estudos por meio de avaliação específica aplicada por banca examinadora, para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do CEFET-MG, durante o período letivo excepcional de Ensino Remoto Emergencial (ERE) devido à pandemia do novo corona vírus (Covid-19).	https://www.dept.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/80/2020/01/Res_CEPT_11_2020_Estabelece_os_criterios_e_procedimentos_para_dispensa_por_aprov.pdf
Resolução CEPT-08/2020, de 17 de setembro de 2020	Estabelece os critérios e procedimentos para a dispensa de disciplinas por aproveitamento de disciplinas cursadas, aproveitamento de estudos ou atividades realizados e aproveitamento de experiência profissional, em caráter excepcional e temporário, para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do CEFET-MG, durante o período letivo excepcional de Ensino Remoto Emergencial (ERE) devido à pandemia do novo corona vírus (Covid-19).	https://www.dept.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/80/2020/01/RES-CEPT_08_2002_Estabelece-criterios-para-dispensa-de-disciplinas_Alterada-pela-Res-CEPT_12_20.pdf
Resolução CEPT-05/2020, de 22 de julho de 2020	Estabelece os princípios fundamentais e normatiza a implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), em caráter excepcional e temporário, para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do CEFET-MG, durante o período de pandemia do novo corona vírus (Covid-19).	https://www.dept.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/80/2020/01/Res-CEPT_05_2020_Estabelece-os-principios-fundamentais-para-implantacao-do-ERE.pdf
Resolução nº 13 / 2021 - CEPT	Estabelece os princípios fundamentais e normatiza a implementação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), em caráter excepcional e temporário, para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) do CEFET-MG, durante o período de pandemia do novo corona vírus (Covid-19).	https://www.dept.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/80/2021/08/RESOLUCAO-13_2021_CEPT_17AGO21.pdf
Portaria DIR nº 429 de 03 de julho de 2020	Constitui a Comissão Geral para elaboração de planejamento para implantação do Ensino Remoto Emergencial nos cursos	https://www.cefetmg.br/wp-content/uploads/2020/07/Port-DIR_429_2020_DG-1.pdf

	regularmente ofertados pelo CEFET-MG	
Resolução CEPE nº 02, de 02 de julho de 2020.	Aprova, em caráter excepcional e temporário, a implementação de Ensino Remoto Emergencial para os cursos da Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, para os cursos de. Graduação e para os cursos de Pós-graduação, em todos os *campi* do CEFET-MG.	www.cefet-mg.br/ensino-remoto-emergencial
Informativo do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	As vozes do ensino remoto. Modalidade completa três meses de implantação com conquistas e desafios	www.cefetmg.br/noticias/cefet-mg-lanca-diagrama-especial-sobre-o-ensino-remoto-emergencial/
Compilado de informações e notícias da Instituição	Aba com acervo de publicações e ações do CEFET-MG no enfretamento do Covid-19	https://www.cefetmg.br/coronavirus
RESOLUÇÃO CEPT- 04/2020, de 22 de maio de 2020.	Constitui Comissão para estudar e monitorar os cenários e as estratégias para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em face às condições impostas pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19)	https://www.dept.cefetmg.br/resolucoes
Resolução CEPT-05/20, de 22 de julho de 2020.	Estabelece os princípios fundamentais e normatiza a implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), em caráter excepcional e temporário, para os cursos da EPTNM do CEFET-MG, durante o período de pandemia do nova corona vírus (Covid-19).	www.cefetmg.br/ensino-remoto-emergencial/

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de documentos disponíveis no site institucional, 2022.

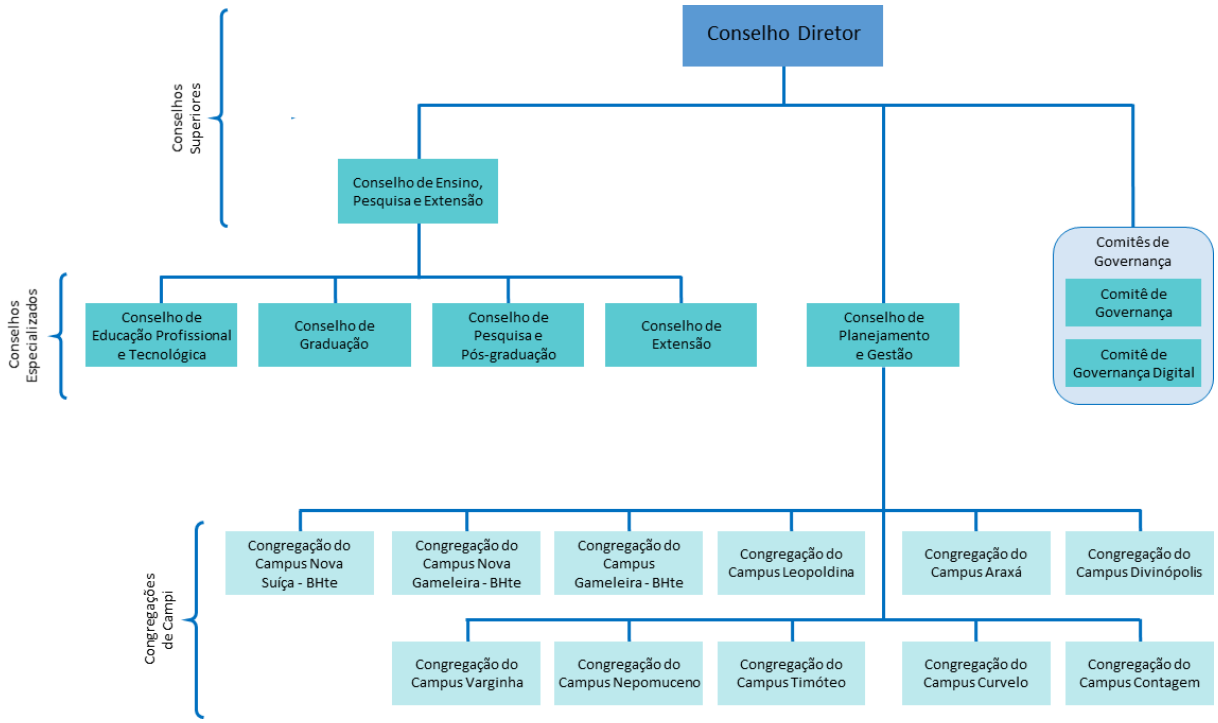
Destaca-se que essas instâncias colegiadas, tais como Conselho Diretor (CD): responsável por definir as políticas gerais da instituição e tomar decisões estratégicas; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE): responsável por definir as políticas acadêmicas da instituição, incluindo a criação de novos cursos e a aprovação de projetos de pesquisa e extensão; Conselho de Ética (CE): responsável por analisar e julgar casos de infrações éticas cometidas por membros da comunidade acadêmica têm como objetivo participar da gestão da Instituição e são responsáveis por tomar decisões importantes em relação à organização acadêmica, como a aprovação de currículos, criação de novos cursos, elaboração de políticas institucionais, entre outras questões. Foram essas instâncias colegiadas de gestão da Instituição as responsáveis pela decisão de suspender as aulas presenciais e implantar o ERE.

Importa ressaltar que, O órgão máximo de deliberação coletiva do CEFET-MG é o Conselho Diretor (CD), que é presidido pelo Diretor Geral, e tem dentre suas

atribuições formularem, apreciar e aprovar a política global da Instituição e estabelecer a organização do quadro de pessoal. Além do CD, destaca-se, a atuação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), órgão autônomo em sua competência de deliberação e normatização quanto às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

Os Conselhos Diretor (CD) e de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) são, portanto, instâncias colegiadas fundamentais para a gestão democrática e participativa do CEFET-MG, garantindo a representatividade dos diversos segmentos da comunidade acadêmica na tomada de decisões importantes para a Instituição. Apresenta-se na Figura 9 o organograma dos órgãos de normatização e deliberação colegiadas do CEFET-MG.

Figura 9 - organograma dos órgãos de normatização e deliberação colegiadas do CEFET-MG



Fonte: https://www.dgdi.cefetmg.br/desenv-inst/estrutura-organ-cefetmg/

Dentre os cinco conselhos especializados, relacionados na Figura 2, o Conselho de Educação Profissional e Tecnológica (CEPT) é o que responde pela EPTNM. É constituído pelo Diretor de Educação Profissional e Tecnológica, por representantes dos docentes e discentes vinculados à Educação Profissional e Tecnológica e por representantes de servidores técnico-administrativos. À exceção do Diretor de EPT, todos os demais membros do Conselho são eleitos por seus respectivos pares na forma definida no Regimento Geral (CEFET-MG/DEPT, online).

Ações e estratégias de permanência desenvolvidas no ERE

Inferem-se pelos documentos analisados (Quadro 4) que a Instituição demonstrou preocupação em oferecer suporte aos estudantes durante o período de ensino remoto emergencial, ao desenvolver critérios como a Instrução Normativa do Acompanhamento Pedagógico, as Diretrizes para a EPTNM e as bolsas de inclusão digital. No entanto, é importante avaliar se essas medidas foram efetivas na garantia do acesso e da qualidade do ensino para todos os estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Quadro 4 - Conjunto das ações e estratégias de enfrentamento ao ERE

Documentos	Descrição	Link/Acesso
Instrução Normativa do Acompanhamento Pedagógico durante o ERE	Estabelece diretrizes para o acolhimento, o apoio e acompanhamento pedagógico ao discente, o assessoramento pedagógico ao docente, bem como para a participação no monitoramento durante o regime de Ensino Remoto Emergencial.	https://www.dde.cefetmg.br/acompanhamento-pedagogico/diretrizes-pedagogicas-instituicionais
Diretrizes para a EPTNM	Diretrizes Político-pedagógicas para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do CEFET-MG	
Bolsas de Inclusão Digital para o período de Ensino Remoto Emergencial	Destinada a subsidiar a compra de computador/notebook ao estudante que não possui condição financeira para custeio do equipamento, possibilitando a participação do estudante no ensino remoto emergencial. Periodicidade: pagamento único.	https://www.dde.cefetmg.br/assistencia-estudantil/programas/bolsas-de-inclusao-digital/
Bolsa aquisição de equipamento complementar/manutenção	Destinada a subsidiar a compra de equipamento complementar, quais sejam, microfone, câmera, memória de computador, recursos para acessibilidade de PcD, entre outros, ou realização de manutenção/conserto em computador/notebook de que o estudante já disponha, possibilitando a participação do estudante no ensino remoto emergencial.	https://www.dde.cefetmg.br/assistencia-estudantil/programas/bolsas-de-inclusao-digital/
Bolsa Pacote de dados	Destinada a subsidiar o custeio de provedor de serviço de internet, possibilitando a participação do estudante no ensino remoto emergencial.	www.dde.cefetmg.br/assistencia-estudantil/programas/bolsas-de-inclusao-digital
Bolsa Pacote de Dados Rural	Destinada a subsidiar o custeio de provedor de serviço de internet na zona rural possibilitando a participação do estudante no ensino remoto emergencial.	
Bolsa Conexão para Área Rural	Destinada a subsidiar o custeio de instalação de antena ou equipamento correlato para acesso à internet na zona rural, possibilitando a participação do estudante no ensino remoto emergencial.	
Bolsa Emergencial	A modalidade de Bolsa Emergencial consiste em uma ajuda financeira esporádica aos estudantes que apresentam condição socioeconômica desfavorável em virtude de situações transitórias. Critério socioeconômico.	https://www.dde.cefetmg.br/assistencia-estudantil/programas/bolsa-emergencial/
Kits de gêneros alimentícios	distribuição dos Kits objetiva o cumprimento da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos estudantes das escolas públicas de educação básica".	Link: https://forms.gle/S6zKfCjjvdKVuBjQA

Fonte: CEFET-MG, 2022

As políticas de apoio aos estudantes, como a de permanência, estão sob a competência da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), que foi criada por meio da Resolução CD – 012 de 8 de abril de 2020. Trata-se de uma unidade responsável por "planejar, desenvolver, coordenar, monitorar e avaliar a execução das políticas de assistência estudantil, de acompanhamento pedagógico, de inclusão

e diversidades de discentes no âmbito da Instituição" (CEFET-MG/DDE, 2020, online). Com o agravo da propagação do Covid-19 o CEFET-MG constituiu o Comitê Gestor de Crise (CEFET-MG, 2020) com a missão de elaborar plano de contingência e propor ações para o enfrentamento da emergência de saúde pública.

Em 16 de março de 2020 o CEFET-MG suspende-se as aulas presenciais no âmbito do CEFET-MG, em todos os *campi* e em todos os níveis de ensino (cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação), por tempo indeterminado. A decisão decorreu da declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, em razão da propagação da nova corona vírus (Covid-19).

Com o fechamento abrupto da Instituição e a implantação do ERE, a comunidade escolar, subsidiada pelo Comitê Operativo de Emergência (COE)[5], do Ministério da Educação (MEC), ativeram-se para a necessidade de elaborar estratégias políticas-educacionais e didático-pedagógicas, para a educação remota. Tais ações influenciaram diretamente a relação desses sujeitos com os alunos, com a comunidade acadêmica interna e sociedade de um modo geral.

Em 17 de março de 2020, implanta-se o ERE. O ensino remoto também levou à adoção de políticas próprias de permanência, sendo necessário ajuste nas grades curriculares, suspensão de cobrança de disciplinas consideradas pré-requisitos e definição quanto a quais disciplinas e em que proporção seriam ministradas via ERE. Essas flexibilizações foram respaldadas pelo MEC e pela Direção Geral do CEFET-MG, para ação conjunta dos Núcleos Docentes Estruturante dos Cursos ofertados pela Instituição ou pelos Colegiados dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

> Art. 3º - A não adesão às atividades de Ensino Remoto Emergencial é assegurada ao Corpo Discente, conforme Resolução CEPE-02/20, de 2 de julho de 2020, por meio do trancamento de matrícula, a qualquer tempo, obedecido o disposto neste regulamento e demais normas regulamentadoras do ERE no âmbito do CEFET-MG. Art. 4º - O período letivo excepcional não será considerado para efeito de contagem do prazo de integralização previsto nos projetos pedagógicos dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Art. 20 – As avaliações poderão ser aplicadas de forma

[5] O Comitê Operativo de Emergência (COE) do Ministério da Educação, tem por objetivo discutir assuntos complexos que podem direta, ou indiretamente, impactar na política educacional brasileira. Dentre esses assuntos, atualmente, pode-se destacar as tratativas acerca das demandas relacionadas ao acometimento do País pela epidemia do coronavírus e, consequentemente, a busca constante por soluções para mitigar os reflexos e impactos da pandemia na esfera educacional.

> síncrona ou assíncrona e deverão ser agendadas com os discentes com antecedência mínima de 7 (sete) dias. Art. 21 – Caso algum discente não realize avaliações aplicadas na forma síncrona, devido a dificuldades técnicas de acesso, será assegurada a reposição da atividade na forma síncrona ou assíncrona, a critério do professor, mantidos os objetivos e grau de dificuldade. §1º - A reposição de avaliações não será considerada como segunda chamada. §2º - Em caso de reposição na forma assíncrona, as atividades deverão ficar disponíveis ao discente por, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas. Art. 22 – As avaliações aplicadas na forma assíncrona deverão ficar disponíveis ao discente para sua realização por um período mínimo de 7 (sete) dias. Art. 23 – Durante a vigência do ERE, nenhuma avaliação poderá ter valor superior a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos da etapa correspondente (CEFET-MG, 2020, p. 3, grifos nossos).

O CEFET-MG, tendo em vista esse quadro de alterações acadêmicas e nos projetos pedagógicos dos cursos elaborou políticas de permanência, plano de ações e estratégias emergenciais para a continuidade das aulas no período de pandemia, sendo a DDE a responsável pela manutenção do atendimento e comunicação com o discente durante todo o período de isolamento social.

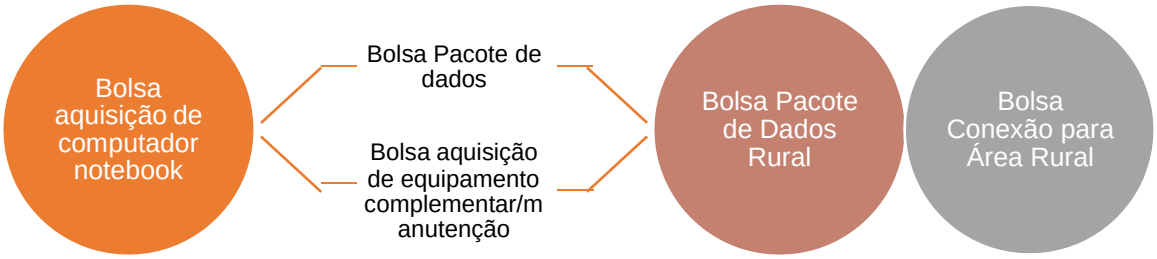
Os primeiros ajustes esbarraram em questões técnicas uma vez que, embora a Instituição possua o Nead e oferte três cursos técnicos nessa modalidade, a adaptação para o ensino remoto exigiu (ré) construir estratégias administrativas, pedagógicas e, sobretudo, políticas de assistência ao aluno.

A adaptação do ensino para o ERE foi feita de forma rápida pelo Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE), pelo corpo docente e servidores do CEFET-MG, devido à urgência da situação. Entretanto, é importante ressaltar que o CEFET-MG é uma escola pública, que abrange alunos com diversas realidades sociais e econômicas. Cita-se, como exemplo, que 50% dos ingressantes em seu quadro de alunos na educação tecnológica, em atenção à legislação de reserva de vagas pelo sistema de cotas sociais, são oriundos de famílias com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* (CEFET-MG/COPEVE, 2022). Portanto, a falta de computadores e de acesso à internet apresentou-se como forte empecilho para o prosseguimento das aulas por uma parcela significativa do corpo discente cefetiano.

Levantamento, por meio de ferramentas online, como WhatsApp e e-mail e por telefone, indicou os quantitativos de alunos sem computadores e/ou internet para

acesso as aulas, aproximadamente dois mil alunos (CEFET-MG, online). A partir desse mapeamento, a Instituição passou a ofertar as Bolsas de Inclusão Digital para o período de ERE, acrescidas dos auxílios descritos na Figura 7.

Figura 10- Bolsas de Inclusão Digital para o período de ERE



Fonte: CEFET-MG/DDE, 2022.

Uma das ações foi materializada pelo Departamento de Computação (Decom) que, a partir de uma pesquisa de levantamento sobre o acesso digital dos estudantes, elaborou uma campanha que arrecadou 18 *desktops* e 12 monitores LCD, além de teclados, mouses e cabos, doados pela Imobiliária Casa Mineira, para atender alunos do ensino remoto (CEFET-MG, 2020b, online).

Compreende-se estas ações como de fundamental importância para garantir que os estudantes tivessem acesso aos recursos necessários para acompanhar as aulas e participar das atividades propostas. Isso inclui o acesso a um computador e a uma boa conexão à internet. Infelizmente, muitos estudantes enfrentaram dificuldades para obter esses recursos, seja por questões financeiras ou pela falta de infraestrutura em suas regiões.

> Na tentativa de viabilizar a participação dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao Ensino Remoto Emergencial, que será implantado a partir de 3 de agosto em todos os campi, o CEFET-MG vai pagar uma Bolsa Emergencial – Pacote de Dados – no valor de R$ 80 mensais a estudantes de todos os níveis de ensino (técnico de nível médio, graduação e pós-graduação). Consta na Portaria DIR n.º 493/2020, publicada nesta sexta-feira (17), que, além da bolsa, serão “realocados recursos para aquisição de computadores e/ou outros equipamentos de informática necessários à participação no Ensino Remoto Emergencial”. De acordo com o diretor-geral, professor Flávio Santos, a primeira parcela da Bolsa será paga na primeira semana de agosto aos alunos atualmente cadastrados nos programas de assistência estudantil. O pedido para

> implementação da bolsa partiu do Grupo de Trabalho para Assistência Estudantil, Acessibilidade e Apoio Pedagógico (GT-AEA), que integra a Comissão Geral para implantação do Ensino Remoto Emergencial no CEFET-MG (CEFET-MG, 2020d, online).

Nesse contexto, a oferta de bolsas para inclusão digital, através do Programa de Inclusão Digital (PID) (Veja Tabela 4) pode ter feito toda a diferença, pois, esses recursos permitiram que os estudantes acompanhassem as aulas de forma mais efetiva, realizassem atividades, se comunicassem com professores e colegas, além de acessar materiais de estudo e recursos digitais de fontes diversas. Dessa forma, a oferta de bolsas de inclusão digital tornou-se uma forma de contribuir para a democratização do acesso e a permanência dos discentes em seus cursos.

Tabela 4 - Número de alunos atendidos pelo Programa de Inclusão Digital – PID

Modalidade de Bolsa	2020	2021
Bolsa Aquisição de Computador/Notebook	733	517
Bolsa de Aquisição de Equipamento Complementar/Manutenção	32	76
Bolsa Pacote de Dados Rural	6	15
Bolsa Conexão para Área Rural	1	2
Bolsa Pacote de Dados	2046	2862
Projeto Alunos Conectados	-	1120

Fonte: https://www.dde.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/255/2023/02/Cartilha-DDE-1.pdf

Foram distribuídos, ainda, 9.917 *kits* com produtos alimentícios, como contribuição para proporcionar maior segurança alimentar aos alunos. A fim de auxiliar no Programa de Bolsas de Inclusão Digital da Assistência Estudantil do CEFET-MG, esclarecimentos sobre as composições abrangidas pelo fomento e condições de acesso: foi realizada uma *live* e criou-se um grupo de Whatzapp para esclarecimentos e suporte para a participação nos auxílios disponibilizados para a

inclusão digital durante o período do ERE. A *live* continua disponível na plataforma de vídeos Youtube[6] .

Além das bolsas de inclusão digital, a DDE informou que 1.830 estudantes foram beneficiados com *chips* para celular com pacote de dados, para acesso à internet pelos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

> A iniciativa partiu da adesão do CEFET-MG ao projeto Alunos Conectados do Ministério da Educação (MEC) e Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O projeto tem como objetivo o fornecimento, por meio de operadoras de Serviço Móvel Pessoal (SMP), disponibilização e monitoramento de pacote de dados para alunos das instituições de ensino em condição de vulnerabilidade socioeconômica, para desenvolvimento de suas atividades acadêmicas fora do campus de sua instituição. Os chips contam com pacote de dados de 20 GB ou 40 GB, a depender da operadora que faz cobertura do campus (CEFET-MG/DDE, 2021, online).

Em julho de 2020 criou-se a Coordenação do Programa de Inclusão e Diversidades, vinculado à DDE, e, desde então, a equipe da Coordenação iniciou o trabalho de organização dos dados referentes à inclusão dos alunos que tinham algum tipo de deficiência e que, portanto, necessitavam de atenção especial.

Uma ideia amplamente difundida e aceita por diversos teóricos e especialistas em educação, psicologia e sociologia sobre a temática de inclusão e diversidades em uma instituição de ensino é fundamental para que se possa promover uma cultura de respeito, valorização e acolhimento da diversidade humana, considerando aspectos como gênero, raça, orientação sexual, identidade de gênero, etnia, religião, deficiências físicas ou mentais, entre outros. Figuram entre os autores dessa temática Paulo Freire, Tomlinson, Vygotsky, Boaventura, entre outros.

Portanto, entende-se que esse programa deve buscar garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, tenham acesso e possam usufruir dos mesmos direitos e benefícios que a instituição oferece. Isso inclui medidas como o acesso a recursos de acessibilidade, apoio acadêmico, orientação psicológica e

---

[6] https://www.youtube.com/watch?v=zMbTKNaXWvE&list=PLze5o6LChX4QbcRfXC0X7-RZEomrYQTMB

ações afirmativas que visam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social.

Além disso, o Programa de Inclusão e Diversidades propicia o diálogo e a reflexão sobre as questões relacionadas à diversidade, buscando conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância do respeito e da valorização da pluralidade cultural, étnica, racial, sexual, religiosa e de gênero. Com isso, a instituição de ensino se torna um espaço mais inclusivo e democrático, em que todos se sintam acolhidos e possam desenvolver seu potencial acadêmico e pessoal de forma plena (Santos 2006).

Conforme disponibilizado pela Secretaria de Comunicação (SECOM) da Instituição, “as barreiras sociais e digitais desafiaram o CEFET-MG na implantação do Ensino Remoto Emergencial, entretanto, houve um esforço coletivo para que nenhum aluno fosse deixado no caminho” (CEFET-MG, 2020, online).

A partir desse excerto, entende-se que um dos principais desafios enfrentados pelo CEFET-MG, na implantação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia, foram as barreiras sociais e digitais, como a falta de acesso à internet, de equipamentos tecnológicos e a situação socioeconômica desfavorável de alguns estudantes.

No entanto, o CEFET-MG buscou superar essas barreiras por meio de um esforço coletivo para garantir que nenhum aluno fosse abandonado. Isso demonstra a importância de uma atuação proativa e solidária por parte das instituições de ensino para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso ao conhecimento, especialmente em tempos de crise.

O uso de diferentes canais de comunicação durante a pandemia foi uma estratégia importante adotada pelo CEFET-MG para manter a comunidade escolar engajada e conectada. O canal no YouTube, em particular, mostrou-se uma ferramenta valiosa para o compartilhamento de informações relevantes e para a promoção do senso de pertencimento à escola.

A oferta de vídeos de ajuda mútua, como o quadro "O que eu faço na quarentena", proporcionou um espaço de interação entre alunos e professores, além de contribuir para o bem-estar emocional dos estudantes em um momento tão desafiador. Dessa forma, a iniciativa do CEFET-MG reforça a importância de se

buscar soluções para manter a conexão entre os membros da comunidade escolar, mesmo diante de situações adversas.

Constatou-se, durante a pesquisa, que, no período da pandemia, o CEFET-MG disponibilizou recursos importantes para garantir o acesso e a interação social da comunidade escolar. No entanto, observou-se, também, que o impacto emocional da crise sanitária e o luto pela perda de vidas afetaram significativamente a motivação dos discentes para o estudo, especialmente considerando que muitas páginas eletrônicas e redes sociais *online* atualizavam diariamente o número de mortos.

Além disso, a falta de perspectivas futuras tornou difícil a compreensão da importância dos estudos. Para ajudar os alunos, a Instituição ofereceu atendimento psicológico, incluindo uma roda de conversa *online* chamada "Primeiros socorros para emoções desafiadoras", promovida por um grupo de psicólogos do CEFET-MG. No entanto, a alta demanda por esses serviços e a necessidade de adaptação ao atendimento *online* foram alguns dos desafios enfrentados pelos profissionais envolvidos (CEFET, online).

Além disso, o CEFET-MG programou uma série de iniciativas para reduzir a evasão, bem como para envolver a comunidade acadêmica e aproximá-la do público externo. Isso incluiu o fornecimento de programas de orientação escolar e profissional e acesso a recursos digitais de aprendizado.

Durante a pandemia da Covid-19 foram aprovados 150 projetos nas mais diversas áreas de conhecimento para alunos do CEFET-MG e comunidade externa. Esses projetos incluíram, por exemplo, a preparação para vestibulares, aprendizado de idiomas, filosofia, economia, empoderamento feminino e metodologia de pesquisa.

No Campus Divinópolis, foram disponibilizadas escalas de atendimento presencial com agendamento prévio para manter o atendimento essencial dos setores administrativos, incluindo a Coordenação de Registro Acadêmico, Coordenação de Administração (Administração, Gestão de Pessoas, Serviços Gerais, Gestão de Laboratório, Setor Médico e Odontológico (SMOd), Tecnologia da Informação e Comunicação), Biblioteca, Pedagogo e Dentista (CEFET, online).

O Campus Divinópolis do CEFET-MG continuou a oferecer, de forma remota, monitorias de física e matemática para os alunos da EPTNM. Essas monitorias são coordenadas por um professor da disciplina e acompanhadas pela Coordenação Pedagógica, Coordenação de Curso e Coordenação Acadêmica.

O objetivo principal é o de minimizar problemas de retenção e evasão, ajudando os alunos a superarem dificuldades de aprendizagem, compreender os conteúdos, esclarecer dúvidas e revisar os conteúdos das disciplinas, antes das avaliações, e os trabalhos individuais ou em grupo. Desde 2017, os alunos dos cursos superiores (graduação e pós-graduação) participam da iniciativa de forma voluntária.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de proporcionar uma interpretação mais clara dos dados produzidos, iremos apresentá-los organizados por eixo temático e forma de oferta. No entanto, neste momento, forneceremos uma visão geral deles. É importante mencionar que os seguintes códigos foram utilizados para inserir os dados na Tabela 3: TAI – total de alunos ingressantes no curso por ano; e MC – número de alunos cujas matrículas foram canceladas, indicando evasão escolar.

Tabela 5 – Número de alunos com registro escolar cancelado

Cursos Técnicos de Nível Médio	2017		2018		2019		2020		2021		2022	
	TAI	CM	TAI	CM	TAI	CM	TAI	CM	TAI	CM	TAI	CM
Informática Integrado	34	7	36	3	36	4	36	4	36	6	36	4
Mecatrônica Integrado	34	4	36	5	36	5	36	5	36	4	36	6
Produção de Moda Integrado	34	4	36	3	36	1	36	1	36	0	36	4
Total na modalidade CI	102	15	108	11	108	10	108	10	108	10	108	14
Eletromecânica Conc	10	8	10	6	14	3	30	4	10	2	15	2
Eletromecânica Sub	24	26	26	0	22	9	30	20	20	4	15	1
Informática para Internet Sub	17	11	14	0	14	3	14	9	20	3	14	2
Informática para Internet CE	17	7	20	3	20	4	20	7	14	0	20	0
Produção de Moda Sub	26	18	26	11	26	6	0	6	0	0	0	0
Produção de Moda CE	8	1	8	0	8	1	0	0	0	0	0	0
Total na modalidade CTSC	102	71	104	20	104	26	94	46	64	9	64	5

Fonte: Dados de pesquisa produzidos pela pesquisadora, 2023.

Ressalta-se que a forma de oferta subsequente se destina aos alunos que concluíram o ensino médio, enquanto a concomitância externa é direcionada aos estudantes que estão cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio e, simultaneamente, realizando um curso técnico no CEFET-MG.

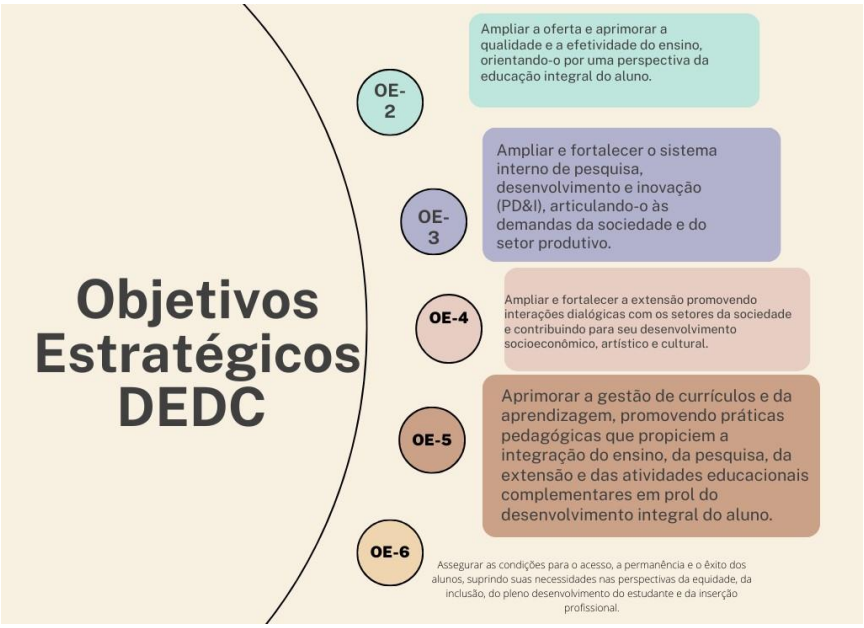
Dessa forma, diante da constatação de que essas duas formas de oferta, apesar de serem abordadas separadamente nos editais de seleção para os ingressantes, resultam na congregação dos alunos na mesma turma. Por essa razão, optamos por analisar os dados de forma conjunta, os quais consideraram a forma integrada, por meio da legenda CTI que é ofertada exclusivamente no turno diurno – manhã e tarde, e a forma subsequente e concomitante, CTSC, ofertado apenas no período noturno.

O perfil do aluno que ingressa no ensino médio do CEFET-MG na modalidade integrada (CTI) é bastante diversificado. Com faixa etária de 97,9% do corpo discente com idade entre 15 e 21 anos. O Relatório do perfil discente, elaborado pelo registro acadêmico Campus Divinópolis (CEFET-MG, 2023) destaca que os alunos dos cursos na modalidade integrada são jovens com múltiplas vivências, oriundos de variadas escolas públicas e/ou privadas, e, por ser ofertado em tempo integral, precisam ter maior disponibilidade de tempo para dedicar-se ao estudo.

O CEFET-MG incentiva a participação em variadas atividades extracurricular, tais como projetos de pesquisa e extensão e projetos culturais e a participação em entidades estudantis e movimentos sociais. Editais, iniciação cientifica, programas são divulgados nos sites e quadros de avisos da instituição. Estes incentivos estão em consonância com o compromisso social da Instituição, visando à inserção em ações que promovam e garantam valores democráticos, tais como igualdade, desenvolvimento social e inclusão (CEFET, online).

O CEFET-MG possui a Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC), um órgão da administração central, cuja atribuição é a de fomentar a articulação entre o ensino, a pesquisa e as demandas sociais, visando a promoção do desenvolvimento recíproco.

Figura 9 - objetivos estratégicos DEDC



Fonte: Adaptado dos Planejamentos Estratégico da DEDC CEFET, 2023.

Comparados aos discentes dos cursos ofertados na modalidade integrada, o perfil dos estudantes do curso técnico noturno CTSC apresenta faixa etária mais ampla, com 93,9% destes alunos situam-se na faixa etária de 18 e 48 anos, conforme consta no relatório do perfil discente elaborado pelo registro acadêmico do CEFET-MG, Campus Divinópolis (CEFET-MG/DIVINÓPOLIS, 2023).

Em sua maioria, são trabalhadores que buscam aprimorar suas habilidades técnicas e/ou adquirir novas habilidades para ampliar suas oportunidades nos postos de trabalho. Ademais, é possível inferir que esses estudantes costumam ser dotados de grande determinação visto que necessitam conciliar seu estudo com outras responsabilidades laborais.

De acordo com Bourdieu e Passeron (1975), o sistema educacional reproduz as desigualdades sociais e é importante considerar as particularidades dos alunos do período noturno e outros grupos marginalizados no sistema educacional. esses indivíduos podem enfrentar desafios relacionados à gestão do tempo e à conciliação das demandas profissionais e estudantis, já que comumente precisam lidar com a fadiga e o cansaço após um dia de trabalho, e terem menos disponibilidade para participar de atividades extracurriculares e eventos acadêmicos.

Para Morin (2022), o perfil do aluno deve ser visto como um conjunto de características que incluem não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais culturais e sociais. Ele defende uma abordagem interdisciplinar e integrada da educação, que considere as múltiplas dimensões da vida humana e busque formar indivíduos capazes de lidar com a complexidade do mundo contemporâneo.

> Nenhuma mudança é feita de uma só vez. Não adianta um ministro querer revolucionar a escola se os espíritos não estiverem preparados. A reforma vai começar por uma minoria que sente necessidade de mudar. É preciso começar por experiências pilotos, em uma sala de aula, uma escola ou uma universidade em que novas técnicas e metodologias sejam utilizadas e onde os saberes necessários para uma educação do futuro componham o currículo. Teríamos, desde o começo da escolarização, temas como a compreensão humana; a época planetária, em que se buscaria entender o nosso tempo, nossos dilemas e nossos desafios; o estudo da condição humana em seus aspectos biológicos, físicos, culturais, sociais e psíquicos. Dessa forma começaríamos a progredir e finalmente a mudar (MORIN, 2022, *online*).

Nesse sentido, o CEFET-MG não faz distinção de oferta das suas políticas estudantis de acordo com a modalidade, ainda que o corpo discente da CTSC apresente demandas específicas e seja o público com maior índice de evasão, como será demonstrado no Gráfico 2, na página 77.

Por certo, refletimos o quanto as políticas estudantis e acolhimentos educacionais mais equânimes poderiam viabilizar maior retenção discente se considerassem as reais necessidades do público de cada modalidade, tanto na forma quanto nas condições da oferta dos recursos e oportunidades, tanto para um grupo de alunos quanto para o outro.

Quando falamos de retenção, outros aspectos estruturais precisam ser considerados para além das políticas estudantis que, em alguma medida, impactam a vida do público noturno da escola. Ainda que a biblioteca, registro acadêmico e secretarias de cursos atendam até às 21h e que o restaurante funcione até as 19h10, outros setores têm funcionamento reduzido ou são suprimidos nesse período, tais como o atendimento nos setores de saúde e administrativos, por exemplo.

Além disso, Terribili Filho e Quaglio (2016) apontam que os alunos do noturno, na maioria das vezes, são dependentes do transporte público, o que pode ser uma fonte significativa de estresse. Os horários limitados dos ônibus podem não ser adequados aos horários das aulas, forçando os alunos a planejarem cuidadosamente seus deslocamentos ou a enfrentar atrasos. A superlotação dos transportes públicos durante esses horários noturnos também pode tornar a jornada ainda mais desconfortável e estressante, afetando o bem-estar emocional e físico dos alunos.

O estresse do trânsito e do transporte público pode ter diversos impactos negativos na vida do aluno do turno noturno. A ansiedade e a preocupação relacionadas ao atraso podem afetar a concentração e o desempenho acadêmico. A sensação de pressa e o desconforto físico podem gerar cansaço e diminuir a motivação dos estudantes. Além disso, a dificuldade em conciliar os horários de transporte com outros compromissos pessoais e familiares pode causar frustração e sobrecarga.

Em conversa informal com professores do Campus Divinópolis e coordenadores dos cursos técnicos, tem-se a percepção que os cursos noturnos não

recebem as mesmas condições de desenvolvimento tanto de estrutura, quanto de atendimento, dos cursos diurnos. Não obstante, tem-se ainda, o fato de que muitos dos alunos do noturno são trabalhadores que chegam à escola após um dia intenso de labuta.

Há mais de 50 anos, Foracchi (1965) pesquisou a vida dos alunos do noturno em universidades e destacou que o estudante trabalhador do noturno, muitas vezes, não depende da colaboração financeira da família para prosseguir nos estudos, mas, pelo contrário, com frequência ele auxilia a sua família.

Ainda, a segurança no campus também pode ser uma preocupação para os estudantes que frequentam aulas à noite. Mesmo dispondo de vigia noturno, o Campus Divinópolis é relativamente grande e o seu entorno da intuição tem pouca movimentação nesse período. Com relação aos fatores desmotivadores, outro ponto comum nas falas dos professores e coordenadores foi citado o perfil do aluno e suas jornadas duplas, e de como o cansaço físico e mental, associado às dificuldades de retornar a uma sala de aula e própria dificuldade dos cursos. Destaca-se que foi possível perceber que há uma persistente cultura de responsabilizar os alunos pelo seu insucesso acadêmico.

Destaca-se que, em 2016, ocorreu uma reestruturação nos cursos de nível médio do CEFET-MG, a qual incluiu a implementação de projetos pedagógicos de cursos distintos para as modalidades integrada, concomitante e subsequente (CEFET, online). Essa reestruturação foi motivada pela necessidade de

1. atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 06, de 20 de setembro de 2012;
2. integrar o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (versão 2016);
3. implementar as “Diretrizes Político Pedagógicas para a EPTNM do CEFET-MG”, normatizadas pela Resolução CEPE nº 07, de 09 de maio de 2016; e,
4. adequar à Matriz Curricular para os cursos da Educação Profissional Técnica Integrada de Nível Médio do CEFET-MG, homologada por meio da Resolução CEPE nº15, de 23 de maio de 2016.

Assim, apresenta-se na próxima seção o perfil e as características dos cursos técnicos foco desta pesquisa.

Perfil dos cursos técnicos ofertados pelo Campus Divinópolis

→ Curso técnico em Eletromecânica

O curso técnico em Eletromecânica combina conhecimentos das áreas de instrumentação e controle de processos industriais, eletrônica e mecânica industrial no contexto da produção, manutenção de equipamentos e instalações eletroeletrônicas industriais. Durante o curso, é enfatizada a observância de normas técnicas e de segurança, bem como a promoção de estudos sobre o uso eficiente de energia elétrica (CEFET-MG/DEMDV, 2017).

Desse modo, compreende-se que o curso técnico em Eletromecânica é de formação abrangente e bastante relevante para o setor industrial, combina conhecimentos das áreas de instrumentação e controle de processos industriais, eletrônica e mecânica industrial. Sendo assim, infere-se que os alunos são preparados para lidar com uma ampla variedade de equipamentos e instalações eletroeletrônicas utilizadas na produção e manutenção industrial.

A ênfase na observância de normas técnicas e de segurança é de extrema importância, pois garante que os futuros profissionais atuem de forma responsável e segura no ambiente industrial. O cumprimento das normas e regulamentos é fundamental para prevenir acidentes e garantir um ambiente de trabalho seguro para todos os envolvidos.

Além disso, o estudo sobre o uso eficiente de energia elétrica é uma preocupação cada vez mais relevante atualmente. Com a crescente demanda por energia e a necessidade de reduzir o impacto ambiental, a promoção de estudos sobre eficiência energética é essencial para que os futuros técnicos em Eletromecânica possam contribuir para o uso sustentável dos recursos energéticos nas indústrias (CEFET, online).

Essa formação técnica em Eletromecânica é de grande importância para o setor industrial, pois capacita os profissionais a atuarem de forma competente e qualificada em diversas atividades, como manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, montagem e instalação de sistemas eletroeletrônicos, ajustes de processos industriais, entre outras.

Ao concluir o curso técnico em Eletromecânica, espera-se que os alunos estarão preparados para atender às demandas da indústria, contribuindo para a eficiência dos processos, a segurança dos trabalhadores e a preservação do meio ambiente. A formação técnica é uma opção valiosa para aqueles que desejam ingressar rapidamente no mercado produtivo e atuar em uma área com grande demanda por profissionais qualificados e com ampla aplicação em diversos setores da indústria.

O curso em referência é oferecido na modalidade integrada, apesar de compartilhar a coordenação com o curso técnico em Mecatrônica, que é disponibilizado nas modalidades subsequente e concomitante. Essa modificação foi implementada durante o processo de reestruturação ocorrido em 2016.

> Percebe-se, diante das tendências socioeconômicas citadas, que a oferta do Curso Técnico Integrado em Mecatrônica pelo CEFET-MG/Divinópolis tem total afinidade com o setor econômico da região, exercendo um papel preponderante no setor produtivo na medida que os técnicos poderão atuar nas indústrias, nas diversas atividades ligadas à mecânica, eletricidade, eletrônica, automação e controle, bem como atuar na gestão e na manutenção de máquinas e equipamentos. Todas estas atividades estão de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – 3ª edição (2016) que estabelece as possibilidades de temas, de atuação e de infraestrutura recomendada para a formação do Técnico em Mecatrônica. A comissão acredita que o fato do CEFET-MG/Divinópolis continuar ofertando o curso técnico em Eletromecânica nas modalidades concomitante e subsequente, ofertar um curso superior na mesma área, e a presença de estagiários e profissionais nestas empresas contribuirá para a gradativa inserção e permanência dos profissionais técnicos em Mecatrônica nas empresas da região (PROJETO PEDAGÓGICO PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM MECATRÔNICA, p.8 Divinópolis, agosto de 2016).

Como veremos na sequência da apresentação dos cursos, a oferta do curso técnico integrado em Mecatrônica pelo CEFET-MG/Divinópolis parece estar alinhada com as tendências socioeconômicas da região. A formação em Mecatrônica abrange uma ampla gama de conhecimentos, englobando áreas como mecânica, eletricidade, eletrônica, automação e controle. Essa abrangência torna os técnicos em Mecatrônica profissionais versáteis, aptos a atuarem em diversas atividades e setores do setor produtivo, incluindo a gestão e manutenção de máquinas e equipamentos.

→ Curso técnico em Mecatrônica

O curso técnico em Mecatrônica é uma formação multidisciplinar que agrega quatro grandes áreas de conhecimento, a saber: mecânica, eletrônica, automação e controle. A abordagem dos conteúdos e temas específicos durante o curso visa proporcionar ao profissional técnico uma visão ampla da área em que atuará, bem como fornecer perspectivas acerca das mudanças futuras que possam ocorrer.

Nesse sentido, a formação técnica não se limita apenas à aquisição de conhecimentos técnicos especializados, mas também engloba a capacidade de reflexão crítica acerca do meio sociocultural em que o profissional está inserido, o que o habilita a transformá-lo a partir da incorporação dos princípios da educação cidadã (CEFET-MG/DEMDV, 2017).

O Curso Técnico em Mecatrônica é oferecido na modalidade integrada, e mantem a coordenação compartilhada com o curso técnico em Eletromecânica. Essa alteração foi inserida com o processo de reestruturação em 2016.

> Os profissionais do curso Técnico em Eletromecânica, nos moldes atualmente ofertados pela Unidade Divinópolis do CEFET/MG, têm competência reconhecida pelas empresas da região devido à sua formação que os habilita a atuar nas áreas de mecânica, elétrica e eletrônica. No entanto, observou-se durante visitas técnicas às empresas da região, do consenso de profissionais que atuam na área, dos atuais e novos professores contratados pela instituição e dos alunos egressos que, com a crescente evolução tecnológica dos novos equipamentos adquiridos pelas empresas, bem como pelas atuais e futuras demandas do mundo do trabalho, se exigia a formação de um profissional mais completo que atuasse também em automação e controle. Ou seja, abriu-se espaço para a avaliação da substituição do curso Técnico em Eletromecânica pelo curso Técnico em Mecatrônica (CEFET-MG/DIVINOPOLIS, PROJETO PEDAGÓGICO PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM MECATRÔNICA, 2016, p. 5).

Pelo exposto, entende-se que a proposta de avaliação da substituição do curso técnico em Eletromecânica pelo curso técnico em Mecatrônica foi uma iniciativa relevante para acompanhar as mudanças tecnológicas e as demandas dos postos de trabalho. O reconhecimento da competência dos profissionais formados pelo curso atual é um ponto positivo e demonstra a qualidade da formação oferecida pelo Campus Divinópolis do CEFET/MG (CEFET-MG/PPC DO CURSO, 2016).

A observação das visitas técnicas às empresas da região, do consenso entre profissionais da área, professores, egressos e alunos, evidencia que o avanço tecnológico e as novas demandas do mundo do trabalho requerem um profissional mais completo e versátil. A automação e o controle são áreas em crescimento e estão cada vez mais presentes nas indústrias, e no setor produtivo como um todo.

A mecatrônica é uma área que integra a mecânica, a eletrônica e a automação, permitindo que os profissionais formados nessa área possam lidar com sistemas complexos e equipamentos modernos. Dessa forma, a transição do curso técnico em Eletromecânica para o técnico em Mecatrônica parece uma resposta adequada às necessidades atuais e futuras de trabalho, bem como ao avanço tecnológico.

É essencial que as instituições de ensino estejam atentas às mudanças e se adaptem para formar profissionais capacitados para os desafios contemporâneos. A inclusão da automação e do controle no currículo do curso Técnico em Mecatrônica pode aumentar a empregabilidade dos estudantes e prepará-los para carreiras com amplas oportunidades no campo da tecnologia e da indústria.

No entanto, é importante frisar que toda transição em curso deve sempre ser bem planejada e executada de forma cuidadosa, garantindo que o conforto dos alunos matriculados bem como dos ingressantes.

→ Curso técnico em Informática

O curso técnico em Informática capacita os alunos no desenvolvimento de *softwares* e programação de computadores, utilizando metodologias baseadas em especificações e paradigmas lógicos e linguagens. Ademais, o curso aborda tópicos relacionados à montagem, instalação e manutenção de equipamentos e redes de informática, com o intuito de promover a gestão eficiente da informação por meio da tecnologia digital (CEFET-MG/DIGDDV, 2017).

O curso técnico em Informática é ofertado na modalidade integrada e possui coordenação compartilhada como o curto técnico em Informática para a Internet. Essa reestruturação foi implementada nos cursos técnicos ministrados no Campus Divinópolis em 2016.

> O perfil Profissional Técnico que é carente no mercado de Divinópolis e região, por desenvolver atividades que buscam informatizar os processos organizacionais das empresas nos diferentes segmentos desse mercado. A proposta desse projeto é a revisão de toda a organização curricular do Curso Técnico em Informática. Dessa forma, sua implementação não acarretará alterações significativas de recursos humanos e materiais. As principais motivações que conduzem essa proposta são: Nos últimos anos houve uma mudança expressiva no corpo docente da Instituição, permitindo com isso, a criação de uma matriz curricular que esteja mais em acordo com as tendências de mercado; Atualização dos conteúdos das disciplinas técnicas de acordo com a atualização tecnológica e tendências de mercado; Padronização dos nomes e ementas das disciplinas técnicas entre os cursos técnicos na área de informáticas ofertadas no CEFET-MG; Padronização dos nomes e ementas das disciplinas conforme o Programa das Disciplinas de Formação Geral da Base Nacional Comum dos Cursos Técnicos Integrados do CEFET-MG (PROJETO PEDAGÓGICO PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM MECATRÔNICA, p.8 Divinópolis, agosto de 2016).

→ Curso técnico em Informática para Internet

O curso técnico em Informática para Internet engloba o desenvolvimento completo de sistemas informatizados, desde a fase de especificação de requisitos até a realização de testes de implantação, além de abarcar as tecnologias utilizadas na transmissão e recepção de dados.

O programa do curso contempla, entre outros temas, a lógica e as linguagens de programação, os protocolos de comunicação, os bancos de dados e os sistemas computacionais (CEFET-MG/DIGDDV, 2017). O curso de Informática para Internet, disponibilizado nas modalidades subsequente e concomitante, no período noturno, passou por nova reestruturação em 2019, posteriormente à implementação de modificações nos cursos técnicos ministrados no Campus Divinópolis em 2016.

Cumpre ressaltar que a coordenação do curso em questão permanece compartilhada com o curso técnico em Informática.

> A proposta desse projeto é a revisão de toda a organização curricular do Curso Técnico em Informática para Internet. Dessa forma, sua implementação não acarretará alterações significativas de recursos humanos e materiais. As principais motivações que conduzem essa proposta são: • Nos últimos anos houve uma mudança expressiva no corpo docente da Instituição, permitindo com isso, a criação de uma matriz curricular que esteja mais em acordo com as tendências de mercado; • Atualização dos conteúdos das disciplinas técnicas de acordo com a atualização tecnológica e tendências de mercado; • Padronização dos nomes e ementas de disciplinas técnicas entre os cursos técnicos na área de informática ofertados no CEFET-MG (PROJETO PEDAGÓGICO PARA

> IMPLANTAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM MECATRÔNICA, p.7 Divinópolis, setembro de 2019).

Salienta-se que a proposta de revisão da organização curricular do curso técnico em Informática para Internet é uma iniciativa relevante para manter o programa de ensino alinhado com as demandas atuais ao mundo do trabalho e as evoluções tecnológicas. Ao enfocar a atualização dos conteúdos das disciplinas técnicas, a matriz curricular poderá acompanhar as tendências e novas tecnologias emergentes, preparando os alunos de forma mais adequada para o ambiente profissional.

A mudança expressiva no corpo docente da Instituição também representa uma oportunidade para a criação de uma matriz curricular mais alinhada com as necessidades contemporâneas. Professores atualizados e engajados podem contribuir para a construção de um currículo que incorpore as melhores práticas de ensino e as últimas inovações do setor de informática.

A padronização dos nomes e ementas das disciplinas técnicas é uma medida coerente, pois facilita a compreensão dos conteúdos e competências oferecidos nos diferentes cursos técnicos na área de informática do CEFET-MG. Essa padronização pode simplificar processos administrativos e garantir que os estudantes tenham uma visão clara das disciplinas e habilidades que serão abordadas em cada curso.

Além disso, ao não acarretar alterações significativas de recursos humanos e materiais, a implementação dessa proposta tende a ser mais viável e ágil, permitindo que a revisão curricular seja realizada com eficiência e eficácia.

→ Curso técnico em Produção de Moda

O curso técnico em Produção de Moda engloba os procedimentos de concepção, fabricação, investigação e interpretação dos padrões de projetos de *design*, por meio da adequação dos modelos de vestuário aos distintos segmentos e ao mercado laboral. A criatividade, tecnologia e arte são componentes fundamentais para a assimilação de conceitos e valores da cultura estilística pelos profissionais atuantes na referida área (CEFET-MG/DIGDDV, 2017).

> Atualmente, o município de Divinópolis e cidades circunvizinhas, possuem um número considerável de empresas na área de confecções, abrindo com

> isso novas frentes de trabalho. É necessário que os profissionais ligados ao setor de moda e vestuário, ou que almejam entrar neste mercado de trabalho, adquiram conhecimentos densamente investigativos, técnicos e práticos, e desenvolvam habilidades e competências específicas para compreender e interferir nos processos de criação de produtos e acessórios voltados ao mercado de moda, assim como na divulgação, comunicação, promoção e comercialização deles (PROJETO PEDAGÓGICO PARA REESTRUTURAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA p. 7 Divinópolis, setembro de 2016).

Em 2018, em atendimento das demandas da implantação da graduação em Design de Moda, de mesmo eixo temático, deliberou-se a não oferta de novas turmas do curso técnico, por tempo indefinido, conforme consta na ata de reunião do Colegiado de curso realizada naquele ano.

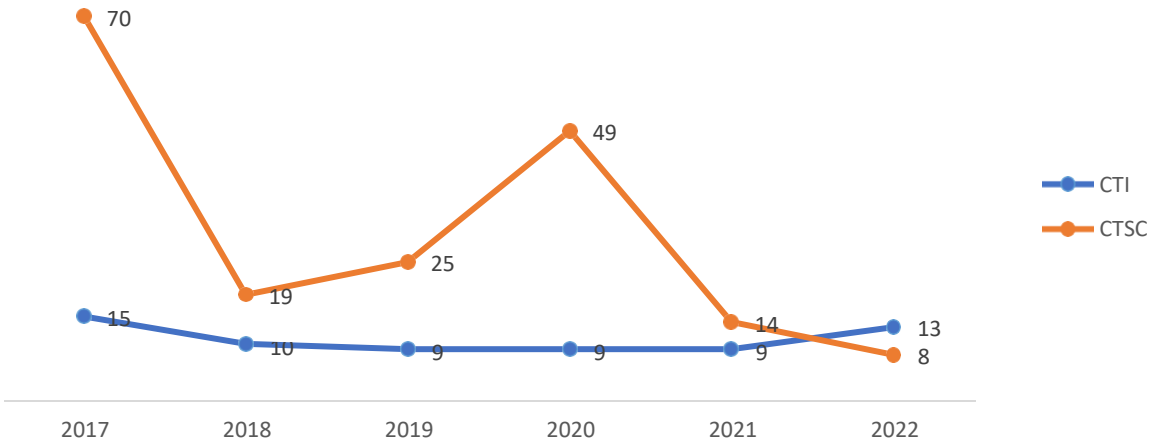
> O Curso de Bacharelado em Design de Moda do CEFET-MG também vem como resposta a uma demanda regional e nacional da sociedade e do mercado de trabalho por profissionais na área de gestão de produto, metodologia de projeto em design, criação de coleções, modelagem industrial, prototipagem, desenvolvimento de novas tecnologias; com o objetivo de contribuir com o progresso da ciência, da tecnologia e da melhoria das condições de vida, de bem-estar da população e de questões de diversidade cultural e gênero, relações étnico-raciais, direitos humanos, educação ambiental, bem como de práticas agregadas ao sistema produtivo local diante da necessidade de inovação (CEFET-MG/DIVINÒPOLIS, 2019, p. 36).

Apresentação dos resultados e análise dos resultados

A análise da evasão escolar nos cursos da EPTNM ofertados pelo Campus Divinópolis está lastreada nos indicadores de matrículas canceladas, por modalidade de curso (CTI ou CTSC), no período de 2017 a 2022, expressos no Gráfico 2, e considera as mudanças e reestruturações ocorridas nos cursos e em seus projetos pedagógicos.

O corte temporal para essa pesquisa, portanto, abrange dados anteriores à pandemia, informações relativas ao período pandêmico, com a implantação e operacionalização do Ensino Remoto Emergencial, e o início do retorno do ensino presencial.

Gráfico 2 – Percentual de Matrículas canceladas por modalidade de Curso CTI ou CTSC em todos os Cursos Técnicos, 2017 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados, 2023.

Ao conduzir a análise por modalidade de ingresso, especificamente CTI e CTSC, foi possível identificar possíveis diferenças nos índices de evasão entre essas modalidades. Foi possível inferir que as políticas de permanência implementadas pelo CEFET-MG durante a pandemia obtiveram maior sucesso na modalidade CTI, tendo em vista que, mesmo diante do cenário de calamidade pública e dos obstáculos decorrentes da Covid-19, os indicativos de evasão foram reduzidos.

Adicionalmente, infere-se que os cursos ofertados na modalidade CTSC apresentaram maior variação nos cancelamentos de matrícula, logo maior índice de evasão. Observa-se um pico de evasão nos anos iniciais da pandemia, embora este tenha sido menor do que o índice de 70% de evasão registrada em 2017, com posterior redução nos anos finais da pandemia.

A oscilação no percentual de evasão na modalidade CTSC é mais acentuada em comparação com a modalidade CTI, sendo que apenas nos anos de 2021 e 2022 os percentuais se aproximam. É importante destacar que as políticas de permanência aplicadas durante a pandemia, objeto deste estudo, foram implantadas ainda em 2019. Contudo, não há políticas específicas para as modalidades CTSC, apesar das complexidades sociais e econômicas que permeiam os discentes dessa modalidade.

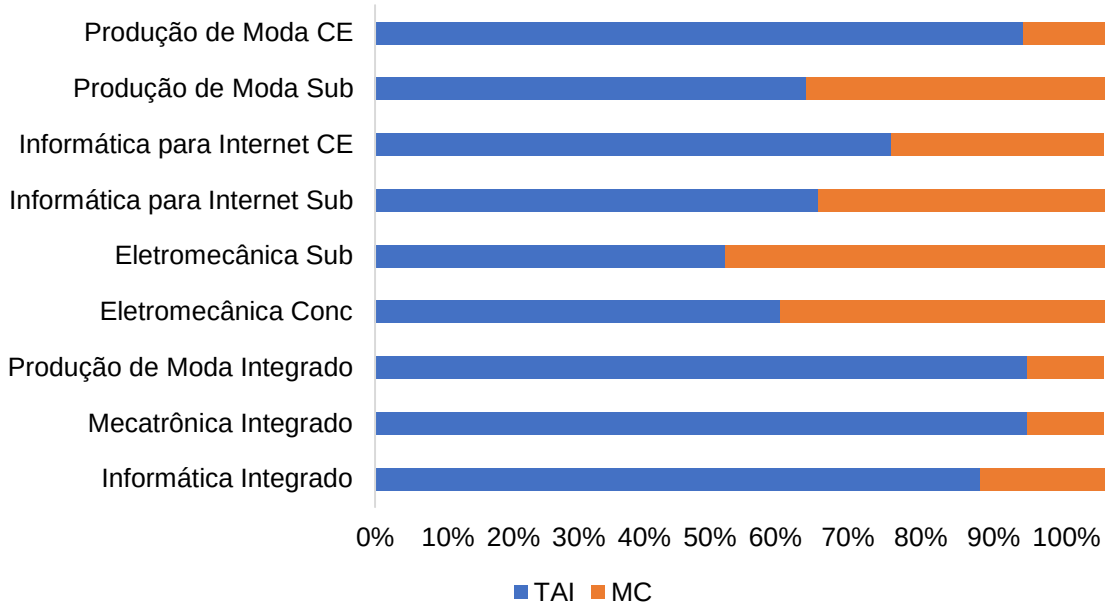
Observa-se que, de acordo com a nota técnica intitulada "Taxas de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos", produzida pela organização não governamental Todos Pela Educação, a partir da Pnad Contínua/IBGE, no segundo trimestre de 2021 houve um aumento na distorção idade-série. Nesse contexto, é importante destacar que a modalidade subsequente da CTSC tem como premissa atender os discentes que retornam à escola e que o aluno do concomitante tem a possibilidade de conciliar as disciplinas do ensino médio com as do curso técnico.

Além disso, considerando que a faixa etária dos alunos da CTSC permite inferir que muitos estão fora da idade-série, é fundamental buscar soluções assertivas para reduzir a distorção idade-série e garantir o acesso à uma educação com qualidade para todos e sucesso de conclusão dos cursos.

> […] buscando medir o impacto inicial do longo período de fechamento das escolas em todo o Brasil. Evidenciam efeitos da pandemia da Covid-19 nas taxas de atendimento escolar. No caso dos jovens de 15 a 17 anos, permaneceu a tendência de queda no percentual daqueles que estão fora da escola, chegando a 4,4% no 2º trimestre deste ano. Tivemos, no segundo trimestre deste ano, 407,4 mil jovens de 15 a 17 anos fora da escola sem ter completado o Ensino Médio, menos do que os 486,2 mil de 2020 e dos 679,8 mil de 2019. No entanto, houve aumento no número de jovens de 15 a 17 anos que estavam frequentando etapas educacionais anteriores (Ensino Fundamental regular, EJA do fundamental, ou Alfabetização de jovens e adultos): de 1,6 milhão em 2020 para, aproximadamente, 1,9 milhão em 2021 (NOTA TÉCNICA: TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR, 2021).

Ademais, optou-se por adotar uma abordagem que consistiu na segregação da análise dos dados entre as modalidades concomitante e subsequente, com o propósito de aprofundar a problemática da evasão no âmbito do CTSC. Além disso, utilizou-se a modalidade CTI como parâmetro para uma compreensão mais aprofundada da evasão em relação aos eixos temáticos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Percentual de TAI e MC em todos os Cursos Técnicos, 2017 a 2022



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2023.

O Gráfico 3 evidencia que todos os cursos na modalidade subsequente apresentaram maiores taxas de evasão, tendo em vista que esse público concluiu o ensino médio e tem como atividade de estudo exclusivamente a formação técnica, específica para ingressar ou progredir em suas carreiras. Nesse sentido, pressupõe-se e descrevem-se alguns fatores que podem ter contribuído para as maiores taxas de evasão nessa modalidade de curso. A saber:

↔ Expectativas e objetivos dos estudantes: os estudantes que optam por cursos na modalidade subsequente têm expectativas de entrar rapidamente no mundo produtivo. Eles podem ter objetivos profissionais imediatos e procuram adquirir habilidades técnicas específicas para isso. Se perceberem que o curso não está atendendo às suas expectativas em relação ao conteúdo, relevância ou oportunidades de trabalho podem optar por abandonar o curso.

↔ Falta de suporte financeiro: os que buscam cursos na modalidade subsequente podem enfrentar desafios financeiros para arcar com os custos do curso, como mensalidades, materiais ou despesas adicionais. A falta de apoio financeiro adequado pode levar a dificuldades financeiras, fazendo com que os estudantes abandonem o curso para buscar alternativas mais acessíveis.

↔ Conflitos com a vida profissional: os que ocupam postos de trabalho podem estar enfrentando conflitos entre as demandas do trabalho e as obrigações do curso. A conciliação entre horários de trabalho e aulas pode ser desafiadora, especialmente se não houver flexibilidade por parte das instituições de ensino ou dos empregadores. Essa sobrecarga de responsabilidades pode levar à desistência do curso.

↔ Falta de apoio acadêmico e orientação: aqueles que entram em cursos na modalidade subsequente podem ter dificuldades acadêmicas e falta de orientação adequada para lidar com os desafios específicos dessa etapa de formação. A ausência de apoio acadêmico, como tutorias, acompanhamento pedagógico ou serviços de aconselhamento, pode levar a frustrações e falta de motivação, aumentando a probabilidade de evasão.

Todavia, importa ressaltar que, embora os cursos na modalidade subsequente possam apresentar maiores taxas de evasão, isso não significa necessariamente que esses cursos sejam inadequados ou de baixa qualidade. Existem estudantes que conseguem concluir com sucesso seus cursos nessa modalidade e alcançar seus objetivos profissionais.

Frente a essas considerações, infere-se que a modalidade CTSC ofertada no período noturno na Instituição apresenta uma taxa de evasão mais elevada, o que indica a necessidade de políticas específicas e uma análise institucional mais aprofundada sobre o funcionamento dessa modalidade a noite. Demanda-se que ocorra uma mudança cultural de parte do corpo docente em relação aos alunos do período noturno, visando promover avanços na contenção discente.

Desta forma, entende-se que são demandadas duas ações urgentes para minimizar essa situação, por parte da Instituição. A primeira se refere ao suporte financeiro que pode ser realizado por meio de bolsas permanência, financiamentos ou programas de auxílio financeiro. A segunda ação, não menos importante, diz respeito à orientação e ao acompanhamento pedagógico e socioeducacional contínuos. Isso pode ajudar os estudantes a identificarem suas metas, desenvolver um plano de carreira e enfrentar os desafios acadêmicos e profissionais.

Embora a CTSC apresente maior taxa de evasão do que a CTI, seguindo o aferido padrão em todos os cursos da EPTNM do CEFET ofertados no Campus

Divinópolis. No entanto ao analisar por eixo temático, nota-se que não há repetição da padronização na taxa de evasão por curso/modalidade.

Verifica-se que o eixo temático de eletromecânica/mecatrônica apresenta maior taxa de evasão no CTSC, seguidos por informática para internet e, posteriormente, ao de moda, na análise comparativa com os demais cursos dessa modalidade.

A presente análise comparativa constatou que a tendência observada no eixo temático em questão não se sustenta na modalidade integrada, tendo em vista que o curso de informática apresentou a maior taxa de evasão dentre os cursos ofertados nessa modalidade. Em segundo lugar, com taxas de evasão equivalentes, encontram-se os cursos de produção de moda e mecatrônica. Importa salientar que o CEFET-MG oferece a verticalização dos estudos desses dois cursos, por meio da graduação em *Design* de Moda, ministrada no período noturno, e do curso de Mecatrônica, oferecidos no próprio Campus Divinópolis.

A análise do conteúdo dos documentos, relacionados ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), permite concluir que as políticas de enfrentamento adotadas pelo CEFET-MG durante a pandemia da Covid-19, como o uso de plataformas digitais de ensino, horários flexíveis, flexibilizações nas normas acadêmicas e o acompanhamento dos discentes, próximo e constante, foram cruciais para a manutenção das aulas e a permanência dos alunos para além do RER.

Infere-se, também, que a oferta de bolsas e de auxílios financeiros pode ter contribuído para evitar cancelamentos de matrículas e para aumentar o número de estudantes concluintes EPTNM. No entanto, mostra-se necessário um olhar mais cuidadoso para com os discentes da modalidade CTSC.

Emerge, também, dos documentos tornados públicos pelo CEFET-MG indicativos de que a comunidade acadêmica, por meio das políticas de assistência aos discentes, no decorrer da pandemia, não se limitou apenas à provisão de recursos financeiros e materiais, mas também abrangeu aspectos relacionados à saúde mental dos estudantes. Entende-se assim que a Instituição demonstrou sensibilidade e prontidão em relação às necessidades emergentes dos estudantes durante o contexto de crise sanitária.

A manutenção do aluno na Instituição de ensino é proveniente de um processo complexo, assim como a evasão e seus determinantes multifatoriais. A

revisão bibliográfica relacionada ao tema nos indica que é fundamental que sejam oportunizadas medidas de acompanhamento contínuo e investimentos diferenciados para que os discentes da CTSC, por exemplo, alcancem uma formação educacional equitativa com as demais modalidades de ensino.

A permanência do discente e uma educação de qualidade são de responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, uma vez que a atuação de modo colaborativa agrega esforços para a consecução de um plano pedagógico efetivo.

Faz-se necessário, no entanto, maior cautela ao comparar os índices atuais com os registrados em anos anteriores, uma vez que as métricas utilizadas apresentam diferenças significativas. No entanto, é possível afirmar que é possível, com a abordagem metodológica aqui empregada, recolher informações importantes como subsídios para a definição e adoção de programas institucionais que tenham como objetivo assegurar a permanência dos alunos na escola até a conclusão com êxito dos cursos nos quais se matricularam.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 agravou o fenômeno da evasão escolar, um problema crônico na educação no Brasil e que é sistematicamente uma consequência indesejada. Esta pesquisa teve como objetivos refletir sobre os impactos das políticas de permanência durante a emergência sanitária mundial e ponderar sobre seus reflexos na educação. Sem desconsiderar que os impactos da pandemia em outros aspectos da vida em sociedade, como a economia, os lutos e o tempo, que também ressoam nas questões escolares.

Apesar do alto custo socioeconômico da pandemia, é importante valorar como nos organizamos e reorganizamos frente a um desafio inédito para gerações. A pesquisa constatou que os esforços e impactos positivos das políticas de permanência devem ser replicados para lidar com o problema da evasão, amplificado pela pandemia. A pesquisa também destacou que as iniciativas relevantes para transpor os desafios impostos pela Covid-19 tiveram reflexos positivos nas ações de enfrentamento à evasão escolar, suas adaptações e ajustes durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE) implantado no âmbito do CEFET-MG.

A pesquisa não se pretende definitiva, mas sim oferecer um suporte para que o CEFET-MG possa suplantar a evasão escolar. É necessário realizar uma pesquisa futura para conhecer o fluxo interno da evasão e abandono, suas nuances, agentes e estrutura. Mapear, analisar e tornar tangível as propostas e boas práticas para a educação é fundamental para replicar os casos de sucesso e compartilhar políticas educacionais baseadas em evidências e focadas na melhoria da Educação.

As políticas públicas e institucionais têm um papel fundamental na construção de uma escola democrática. Espera-se que o aprendizado adquirido durante a pandemia possa sensibilizar os atores institucionais para a proposição de ações e estratégias que contribuam para a promoção de uma permanência estudantil qualificada.

O CEFET-MG mantém informações sobre o Ensino Remoto Emergencial em seu site, incluindo notícias, programas e informações sobre o período em que a modalidade esteve vigente na Instituição. O site do Campus Divinópolis possui um espaço destinado ao ensino remoto emergencial com informações locais e canais de atendimento. Esses canais continuam ativos, até a conclusão dessa pesquisa, e

podem fornecer elementos importantes para subsidiarem pesquisas futuras sobre um momento inédito na história da humidade.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEB. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**: todos pela educação. São Paulo: Editora Moderna, 2021.

ABED. **Associação Brasileira de Educação a Distância**: conceitos e história no Brasil e no mundo. Associação Brasileira de Educação a Distância. 2011. Disponível em: Acesso em: 05 abr. 2021.

ARROYO, Miguel G. **Da escola carente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional da Educação 2014 - 2024**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2014. Disponível em: Acesso em: 08 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892 29 de dezembro de 2008**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 20 out. 2022.

BRASIL. MEC **autoriza ensino à distância em cursos presenciais**. Disponível em: BRASIL. MEC. SETEC. Documento orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 2014 Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018 – POF. Rio de Janeiro, 2023.

BRASIL. **Resumo técnico**: censo escolar da educação básica 2021. Brasília: Inep/MEC, 2022.

CAVALLINI, Marta. Brasil precisa de 77 mil técnicos industriais em 2023: logística e metalmecânica são algumas das áreas com maior demanda. Trabalho e Carreira. **G1**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/02/05/brasil-precisa-de-77-mil-tecnicos-industriais-em-2023-veja-areas-com-maior-demanda.ghtml. Acesso em 15 jun. 2023.

CEFET-MG. Alunos em situação de vulnerabilidade receberão chips com pacote de dados. Diretoria de Desenvolvimento Estudantil com edição da Coordenação de Jornalismo e Conteúdo. CEFET-MG: **SECOM**, 2021. Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/alunos-em-situacao-de-vulnerabilidade-receberao-chips-com-pacote-de-dados/. Acesso em: 08 jan. 2023.

CEFET-MG. Campanha arrecada computadores para atender aos alunos do ensino remoto. Projeto recebe computadores, monitores, teclados, mouses, HD e demais equipamentos mesmo que estejam com defeito. Coordenação de jornalismo e conteúdo. CEFET-MG: **SECOM**, 2020b. Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/campanha-arrecada-computadores-para-atender-aos-alunos-do-ensino-remoto/. Acesso em: 08 jan. 2023.

CEFET-MG. CEFET-MG vai pagar bolsa mensal a 2.000 alunos em situação de vulnerabilidade. Coordenação de jornalismo e conteúdo. CEFET-MG: **SECOM**, 2020d. Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/cefet-mg-vai-pagar-bolsa-mensal-a-2-000-alunos-em-situacao-de-vulnerabilidade/. Acesso em: 08 jan. 2023.

CEFET-MG. Entenda as diferenças entre o Ensino Remoto Emergencial e EaD. Coordenação de jornalismo e conteúdo. CEFET-MG: **SECOM**, 2020c. Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/professores-comentam-a-diferenca-entre-o-ensino-remoto-emergencial-e-ead/. Acesso em: 08 jan. 2023.

CEFET-MG. Recursos de ensino levam em consideração deficiências e dificuldades. Coordenação de jornalismo e conteúdo. CEFET-MG: **SECOM**, 2021a. Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/recursos-de-ensino-levam-em-consideracao-deficiencias-e-dificuldades/. Acesso em: 08 jan. 2023.

CEFET-MG. CEFET-MG adapta serviços para atender demandas dos alunos durante a pandemia. CEFET-MG: **SECOM**, 2021b. Disponível em: https://www.cefetmg.br/noticias/arquivos/2021/05/noticia-adaptacao-servicos-atendimento-alunos-pandemia/. Acesso em: 12 dez. 2022.

COSTA, Maria Adélia. A prática docente na educação profissional: percepções discentes. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, v. 2, n. 5, 2017.

DORE, Rosemary; ARAÚJO, Adilson César de; MENDES, Josué de Sousa. Organizadores. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

EVARISTO, Macaé. Abandono e Evasão Escolar. In: INSTITUTO UNIBANCO. Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão. **Evasão escolar e o abandono**: um guia para entender esses conceitos. Rio de Janeiro, online. Disponível em:

https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar. Acesso em 04 ago, 2023.

FENNER, Roniere dos Santos. **Os Impactos que o PPP produziu na vida da escola no que tange a evasão e a repetência dos estudantes do ensino noturno**. São Leopoldo: Unisinos, 2009. (Dissertação Mestrado).

FORACCHI, Marialice M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Nacional, 1965.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido.17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

INSTITUTO UNIBANCO. **Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão. Evasão escolar e o abandono**: um guia para entender esses conceitos. Rio de Janeiro, online. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br. Acesso em 04 ago. 2023.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da Flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc**., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007.

LOPES, R. O.; MESQUITA, P. J. P. de; LÜDKE, E.. A escola em tempos de pandemia sob o olhar de professores em formação inicial: vivências e desafios. **Ensino Em Re-Vista**, 29 (Contínua), e060, 2022.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários a educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2002.

NEUBAUER; Rose; DAVIS, Cláudia; TARTUCE, Gisela Lobo B. P.; NUNES, Marina M. R.. Ensino médio no Brasil: uma análise de melhores práticas e de políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 230, p. 11-33, jan./abr. 2011.

NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**. N. 26, p.133-185, 2004.

OLIVEIRA, Francisco Lidoval de; NÓBREGA, Luciano. Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 19, 25

de maio de 2021. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br. Acesso em 20 jun. 2022.

OLIVEIRA, G. E. **A permanência escolar e a política de assistência estudantil na educação profissional de nível médio: estudo de caso no CEFET-MG**. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Queiroz, 1996.

QUEIROZ, Lucileide. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 64, n. 147, p. 3869, maio-ago. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Ana Paula Ferreira da. **Reprovados, indisciplinados, fracassado: as micro relações de insucesso escolar na perspectiva do "aluno problema".** São Paulo: PUC, 2009.Tese de Doutorado.

SILVAS, J. A. **Evasão escolar na educação profissional: trajetórias e Motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018.

SOUSA, Antonia de Abreu; SOUSA, Tássia Pinheiro de; QUEIROZ, Mayra Pontes de; SILVA, Érika Sales Lôbo da. Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2011.

TERRIBILI FILHO, Armando; QUAGLIO, Paschoal. Cenário urbano para o estudante do ensino superior noturno na cidade de São Paulo: triste realidade ou palco de heróis? Millenium - **Journal of Education, Technologies**, and Health, (31), 74–87, 2016. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8417. Acesso em 03 jul. 2023.

UNICEF. **Situação mundial da infância - 2003**. Brasília (DF): Escritório da Representação do UNICEF no Brasil, 2003.

VEIGA-NETO, A. Pensar a escola como uma instituição que pelo menos garanta a manutenção das conquistas fundamentais da modernidade. In: COSTA, M. V. (Org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 103-123.